



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL
Comissão Genérica 5ª - SUPEL-COGEN5
INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90488/2025/LEI Nº 14.133/2021

Para o **LOTE 01**, aplica-se **AMPLA PARTICIPAÇÃO sem a reserva de cota de até 25%** para as **ME/EPP**, em atenção à justificativa disposta no **no Ofício 1033 (0063334957)**
Para os **DEMAIS LOTES**, adota-se a **exclusiva** participação para as **ME/EPP** e equiparadas, tendo em vista o Art. 48, I, da Lei Complementar nº 123/2006 e o Art. 6º do Decreto Estadual nº 21.675/17.

NOTA DE ESCLARECIMENTO AOS LICITANTES
Com a finalidade de assegurar a correta interpretação das disposições editalícias e a adequada formulação das propostas, prestam-se os seguintes esclarecimentos:
<p>1. DA DIVERGÊNCIA NA ORDEM DOS ITENS ENTRE O TERMO DE REFERÊNCIA E O SISTEMA COMPRAS.GOV.BR (SAMS)</p> <p>Informamos aos licitantes que foi identificada divergência quanto à ordem/sequenciamento dos itens constantes no Termo de Referência em comparação SAMS</p> <p>Esclarece-se que tal inconsistência não havendo alteração do objeto, quantitativos, especificações técnicas ou demais condições da contratação.</p> <p>Assim, para fins de elaboração e cadastramento das propostas, os licitantes deverão observar rigorosamente a ordem e o agrupamento dos itens conforme disponibilizados na SAMS, em conjunto com as especificações técnicas constantes no Termo de Referência – Anexo I do Edital.</p> <p>Dessa forma, eventuais divergências de ordenação entre o Termo de Referência em comparação SAMS deverão ser interpretadas sem prejuízo à perfeita identificação dos itens e respectivas especificações.</p>
<p>2. DA IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO CONTRATANTE NA MINUTA DO CONTRATO</p> <p>Informamos aos licitantes que foi identificada inconsistência material na Minuta do Contrato (ID 68570402), especificamente nas cláusulas constantes dos itens 14.17, 14.18, 14.30, 14.31, 14.38 e 14.42, nas quais consta, equivocadamente, a denominação “Secretaria de Estado de Finanças”.</p> <p>Esclarece-se que o órgão contratante e interessado na presente contratação é o Instituto Estadual de Educação em Saúde Pública de Rondônia – IESPRO, conforme consta nos demais artefatos que compõem a fase preparatória da contratação.</p> <p>Dessa forma, todas as menções à “Secretaria de Estado de Finanças” constantes na Minuta do Contrato deverão ser consideradas, para todos os fins, como referência ao IESPRO, tratando-se de mero erro material de redação.</p> <p>DA MINUTA DO CONTRATO</p> <p>ONDE SE LÊ:</p> <p>“Secretaria de Estado de Finanças”</p> <p>LEIA-SE:</p> <p>“Instituto Estadual de Educação em Saúde Pública de Rondônia – IESPRO”</p>

RESUMO DOS DADOS

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 18/06/20226, às 10h00 (horário de Brasília), no sítio https://www.gov.br/compras/pt-br .	Limite para esclarecimentos e impugnações ao edital: 15/06/2026
--	--

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento de coffee break , para atender as necessidades das atividades de capacitação, cursos, treinamentos, oficinas e eventos do IESPRO, integrantes do Plano Anual de Saúde (PAS/2025) e Plano Estadual de Saúde (2024-2027).pelo período de 12 meses, conforme especificações e condições constantes neste Termo de Referência.		
FUNDAMENTO: Lei federal nº 14.133, de 01 de Abril de 2021. Decreto estadual nº28.874, de 25 de Janeiro de 2024, dentre outros.		
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 0055.000039/2025-58		
UASG: 925373 ENDEREÇO ELETRÔNICO : https://www.gov.br/compras/pt-br		
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO		
ORÇAMENTO ANUAL	R\$ 304.041,00 (trezentos e quatro mil quarenta e um reais)	
VISTORIA	INSTRUMENTO CONTRATUAL	
Não se aplica	Ata de Registro de Preços	
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO		
Requisitos Básicos: 1. Habilitação jurídica: Conforme estabelecido no <u>item 34.1 do Termo de Referência</u> . 2. Qualificação econômico e financeira: Conforme estabelecido no <u>item 34.3 do Termo de Referência</u> . 3. Regularidade fiscal, social e trabalhista: Conforme estabelecido no <u>item 34.9, 35.16 do Termo de Referência</u> . 4. Qualificação técnica: Conforme estabelecido no <u>item 34.4 do Termo de Referência</u> .		Requisitos Específicos:
CONTRATAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP?	RESERVA COTA ME/EPP?	
não	não	EXIGE AMOSTRA/DEMONSTRAÇÃO?
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	MODO DE DISPUTA	REGISTRO DE PREÇO
Menor Preço por Lote	Aberto	sim
TELEFONES PARA CONTATO		E-MAIL PARA CONTATO:
(69) 3212-9243		cogen5.supel@gmail.com
OBSERVAÇÕES GERAIS:		

1. Maiores informações e esclarecimentos sobre o certame serão prestados nas dependências da Superintendência Estadual de Licitações, sito a Av. Farquar, 2986, bairro: Pedrinhas, Complexo Rio Madeira, Ed. Pacaás Novos, 2º andar, em Porto Velho/RO - CEP: 76.801-470.
2. Informamos que devido a atualização do sistema compras.gov.br, para fins de pesquisa da licitação deverá ser inserido o número 90000 antes do número do certame. (EX.: 90001/2024)

SUMÁRIO

1. DO PREÂMBULO;
2. DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES PARTICIPANTES DO REGISTRO DE PREÇOS;
3. DO OBJETO;
4. DA QUANTIDADE MÍNIMA A SER COTADA;
5. DA POSSIBILIDADE DE PREVISÃO DE PREÇOS DIFERENTES;
6. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO;
7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO;
8. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE;
9. DO REGISTRO DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO;
10. DA FORMULAÇÃO DE LANCES, CONVOCAÇÃO ME/EPP E CRITÉRIO DE DESEMPATE;
11. A FASE DE NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS;
12. DA FASE DE HABILITAÇÃO;
13. DO RECURSO;
14. DA HOMOLOGAÇÃO;
15. DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO;
16. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES;
17. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA;
18. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO;
19. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS;
20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS;
21. DOS ANEXOS;

1. DO PREÂMBULO

1.1. A SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES, por meio da Portaria nº 194 de 05 de agosto de 2025, publicada no DOE na data 07 de agosto de 2025, torna público que se encontra autorizada a realização da licitação na modalidade de **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, **sob o nº 90488/2025/SUPEL/RO**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, com o **Método de Disputa: ABERTO**, em conformidade com a [Lei Federal nº. 14.133, de 2021](#), [Decreto Estadual nº 28.874/2024](#), a [Lei Complementar nº 123/06](#), e o [Decreto Estadual 21.675/2017](#) e suas alterações, e demais legislações vigentes, tendo como interessado o **Instituto Estadual de Educação em Saúde Pública de Rondônia - IESPRO**.

1.1.1. O instrumento convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis, para conhecimento e retirada, no endereço eletrônico: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

1.1.2. A sessão inaugural deste **PREGÃO ELETRÔNICO** dar-se-á por meio do sistema eletrônico, na data e horário estabelecidos.

1.1.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e locais estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário.

1.1.4. Os horários mencionados neste Edital de Licitação referem-se ao horário oficial de Brasília/DF.
2. DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES PARTICIPANTES DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. São participantes deste Sistema de Registro de Preços os seguintes órgãos e/ou entidades:
- **Instituto Estadual de Educação em Saúde Pública de Rondônia - IESPRO.**
3. DO OBJETO

3.1. O objeto da presente licitação é a **contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento de coffee break**, para atender as necessidades das atividades de capacitação, cursos, treinamentos, oficinas e eventos do IESPRO, integrantes do Plano Anual de Saúde (PAS/2025) e Plano Estadual de Saúde (2024-2027), pelo período de 12 meses, por meio do **Sistema de Registro de Preços**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I.

3.2. Em caso de divergência existente entre as especificações do objeto descritas no sistema eletrônico – Portal de Compras do Governo Federal, e as especificações constantes no ANEXO I deste Edital – Termo de Referência, prevalecerão as últimas.

3.3. Das especificações técnicas/quantidades do objeto: Ficam aquelas estabelecidas no item 4.3. e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente:

LOTE I: Organização do evento no Município de Porto Velho			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
01	Coffe-Break Bebida: 3 tipos de sucos naturais (bebidas devem esta geladas no ato de servir); Café com leite ou chás; Chocolate (quentes no ato de servir); Bolos: 2 bolos; Frutas: 04 tipos de frutas (picadas como salada de fruta) Lanches: 02 tipos de sanduíches naturais; torrada com azeite e ervas: cuscuz salgado com carne seca; Salgados: Canudinhos com recheio cremoso de frango; Mingau: logurte Natural com granola. Material de apoio: descartáveis em geral: pratos, copos, talheres e guardanapos.	Unidade	4.697
02	Almoço: Refeição tipo self service (à vontade), devendo no mínimo conter: 2 a 3 tipos de saladas variadas sendo uma opção cozida; 02 tipos de arroz; 02 guarnições; 02 tipos de carne de primeira (sendo uma carne vermelha e outra carne branca; Feijão; Sobremesas variadas (com pelo menos uma opção de fruta e uma opção doce); Bebida: não alcoólica por pessoa (suco natural, refrigerante ou água mineral todas geladas no ato de servir).	Unidade	348

LOTE II: Organização do evento no Município de Ariquemes			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
03	Coffe-Break Bebida: 3 tipos de sucos naturais (bebidas devem esta geladas no ato de servir); Café com leite ou chás; Chocolate (quentes no ato de servir); Bolos: 2 bolos; Frutas: 04 tipos de frutas (picadas como salada de fruta) Lanches: 02 tipos de sanduíches naturais; torrada com azeite e ervas: cuscuz salgado com carne seca; Salgados: Canudinhos com recheio cremoso de frango; Mingau: logurte Natural com granola. Material de apoio: descartáveis em geral: pratos, copos, talheres e guardanapos.	Unidade	375

LOTE III: Organização do evento no Município de Rolim de Moura			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
04	Coffe-Break Bebida: 3 tipos de sucos naturais (bebidas devem esta geladas no ato de servir); Café com leite ou chás; Chocolate (quentes no ato de servir); Bolos: 2 bolos; Frutas: 04 tipos de frutas (picadas como salada de fruta) Lanches: 02 tipos de sanduíches naturais; torrada com azeite e ervas: cuscuz salgado com carne seca; Salgados: Canudinhos com recheio cremoso de frango; Mingau: logurte Natural com granola. Material de apoio: descartáveis em geral: pratos, copos, talheres e guardanapos.	Unidade	315

LOTE IV: Organização do evento no Município de Vilhena			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
05	Coffe-Break Bebida: 3 tipos de sucos naturais (bebidas devem esta geladas no ato de servir); Café com leite ou chás; Chocolate (quentes no ato de servir); Bolos: 2 bolos; Frutas: 04 tipos de frutas (picadas como salada de fruta) Lanches: 02 tipos de sanduíches naturais; torrada com azeite e ervas: cuscuz salgado com carne seca; Salgados: Canudinhos com recheio cremoso de frango; Mingau: logurte Natural com granola. Material de apoio: descartáveis em geral: pratos, copos, talheres e guardanapos.	Unidade	285

LOTE V: Organização do evento no Município de Cacoal			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
06	Coffe-Break Bebida: 3 tipos de sucos naturais (bebidas devem esta geladas no ato de servir); Café com leite ou chás; Chocolate (quentes no ato de servir); Bolos: 2 bolos; Frutas: 04 tipos de frutas (picadas como salada de fruta) Lanches: 02 tipos de sanduíches naturais; torrada com azeite e ervas: cuscuz salgado com carne seca; Salgados: Canudinhos com recheio cremoso de frango; Mingau: logurte Natural com granola. Material de apoio: descartáveis em geral: pratos, copos, talheres e guardanapos.	Unidade	1455
07	Almoço: Refeição tipo self service (à vontade), devendo no mínimo conter: 2 a 3 tipos de saladas variadas sendo uma opção cozida; 02 tipos de arroz; 02 guarnições; 02 tipos de carne de primeira (sendo uma carne vermelha e outra carne branca; Feijão; Sobremesas variadas (com pelo menos uma opção de fruta e uma opção doce); Bebida: não alcoólica por pessoa (suco natural, refrigerante ou água mineral todas geladas no ato de servir).	Unidade	268

LOTE VI: Organização do evento no Município de Ji Paraná			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
08	Coffe-Break Bebida: 3 tipos de sucos naturais (bebidas devem esta geladas no ato de servir); Café com leite ou chás; Chocolate (quentes no ato de servir); Bolos: 2 bolos; Frutas: 04 tipos de frutas (picadas como salada de fruta) Lanches: 02 tipos de sanduíches naturais; torrada com azeite e ervas: cuscuz salgado com carne seca; Salgados: Canudinhos com recheio cremoso de frango; Mingau: logurte Natural com granola. Material de apoio: descartáveis em geral: pratos, copos, talheres e guardanapos.	Unidade	375

3.4. Da garantia do objeto: Ficam aquelas estabelecidas no item 12.9. e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

Os serviços deverão ser prestados conforme o cronograma dos eventos do IESPRO, com controle de qualidade, pontualidade na entrega e atendimento às normas sanitárias. A contratada responderá por qualquer irregularidade que comprometa a execução.

A IESPRO expedirá a Ordem de Serviço, encaminhando à empresa, com antecedência mínima de até 10 (dez) dias da data de realização do evento.

Na Ordem de Serviço constarão dados sobre o evento, a unidade solicitante, o(s) horário (s) para fornecimento, a quantidade de pessoas e os itens (com especificação) que comporão os respectivos serviços, bem como o local de entrega.

A empresa deverá, obrigatoriamente, confirmar o recebimento da Ordem de Serviço.

A organização dos alimentos e bebidas no local do evento deverá ser providenciada pela Contratada com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário previsto na Ordem de Serviço.

As bebidas deverão estar na temperatura adequada ao consumo no horário de lanche, sendo que a Contratada deverá acondiciona-las corretamente.

Os alimentos e bebidas deverão ser servidos em quantidade suficiente para atender ao número de pessoas indicado na Ordem de Serviço.

Eventualmente, o serviço deverá ser prestado fora do horário comercial.

Os produtos deverão ser entregues bem acondicionados em embalagens térmicas e higiênicas que proporcionem sua perfeita conservação até o momento de serem consumidos.

Quando do fornecimento de café ou chá, a contratada deverá oferecer garrafas térmicas limpas, de boa apresentação e qualidade, com etiquetas/tags sobre o conteúdo.

A empresa deverá atender as solicitações em qualquer dia da semana, inclusive feriados e nos horários de chegada dos participantes entre 12:00 e 15:00 horas para almoço, conforme Nota de Empenho e Ordem de Serviço.

Portanto, as refeições a serem servidas por evento dependerão das peculiaridades de cada evento da seguinte forma:

a) Os participantes que se deslocam de seus municípios para o município que sediará o evento e chegam entre 12:00 15:00 horas terão direito ao serviço de almoço mediante rigoroso controle dos órgãos requisitantes.

As refeições self service, deverão ser servidas tipo buffet expostas em recipientes aquecidos em temperatura ideal para o consumo e serão servidas à vontade sem restrições.

Os coffees breaks deverão ser servidos tipo Buffet, expostos em mesa apropriada devidamente forrada com toalha e em recipientes adequados, dispondo todo o material necessários como: guardanapos, copos, talheres, pratos e outros que se fizerem necessários.

A água mineral, o café e o chá deverão ser servidos durante todo o período de realização dos eventos, à vontade, sem restrições aos participantes do evento.

A empresa detentora deverá dispor de todo material necessário para servir a água mineral e café, como: bebedouros adequados (quando houver necessidades), copos descartáveis para água, bandejas, garrafas térmicas para o café e copos descartáveis para o café, bem como dispor um bebedouro proporcionalmente a cada 50 pessoas.

A empresa deve possuir toda a infraestrutura necessária, suficiente e condizente utilizando-se de materiais e pessoal capacitado e especializado

3.5 Das condições contratuais/garantia do contratual: Ficam aquelas estabelecidas no item 44. e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

A vigência do contrato será de 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma do art. 107, definida nos instrumentos convocatórios, observado o artigo 107 da Lei 14.113/2021.

Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

Não serão exigidas Garantias Contratuais, uma vez que o objeto da presente licitação não apresenta grande complexidade.

O Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. Art. 104 da Lei nº 14.133/2021.

Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

§ 7º Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento em consequência de rescisão contratual, observados os mesmos critérios estabelecidos nos §§ 2º e 4º deste artigo.

A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 89 da Lei nº 14.133/2021.

O prazo para assinatura do contrato será de **até 05 (cinco) dias úteis** da comunicação ao fornecedor.

3.6. Do reajuste e supressão contratual: Ficam aquelas estabelecidas nos itens 49. e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

DO REAJUSTE DO CONTRATO

O reajuste de preços poderá ser aplicado conforme previsão contratual, com base na variação do índice setorial específico (ex.: IPCA/IBGE), observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data da apresentação da proposta ou do orçamento a que se referir.

Para a aplicação do reajuste, será necessário requerimento formal da contratada, acompanhado da memória de cálculo e do índice de referência, conforme regulamento e disponibilidade orçamentária.

3.7. Da fiscalização e acompanhamento do recebimento/execução do objeto: Ficam aquelas estabelecidas no item 46. e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

Não obstante a contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços contratados e/ou entrega dos objetos, a Administração reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por prepostos designados, podendo para isso:

Fiscalizar e acompanhar a execução dos serviços, conforme **Portaria designativa, nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/21, haverá definição do Fiscal do Contrato, o qual se responsabilizará por anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano**, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, enfim adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais e comunicando ao Gestor, quando for o caso, solicitar a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, no caso de decisões ou providências que ultrapassem a sua competência, nos termos do Art. 117, parágrafos 1º e 2º; e proceder ao Recebimento Provisório do objeto do contrato, quando necessário, nos termos do inciso Art. 140. I, a) da Lei Federal nº 14.133/21.

Sem prejuízo do previsto no subitem anterior, e também de **acordo com designação por Portaria**, o Contrato contará com respectiva Comissão de Recebimento do Objeto de que trata o inciso do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/21, composta por no mínimo, três servidores de cada órgão do Estado, com capacidade para exercer o ateste final dos serviços relacionados à execução contratual, **sob pena de responsabilidade solidária junto aos órgãos fiscalizadores, a qual se responsabilizará pelo recebimento definitivo do objeto, mediante termo circunstanciado, assinado pela maioria de seus membros**, após a análise que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado ainda o disposto no art. 140, I, b) da mesma Lei, de modo a aferir o atendimento aos princípios da legalidade, finalidade, eficiência e economicidade.

Após o recebimento definitivo do objeto, será atestada a Nota Fiscal/Faturas ou que couber, para efeito de pagamento;

O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança (da obra ou do serviço), nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

Não obstante a Contratada seja única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços definidos neste termo de referência e demais documentos, a Contratante reserva-se o direito de exercer a mais ampla fiscalização sobre os serviços, por intermédio de representante especificamente designado, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, podendo:

I - Sustar a execução de qualquer trabalho que esteja sendo feito em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se torne necessária;

II - Exigir a substituição de qualquer empregado ou preposto da contratada que, a seu critério, venha a prejudicar o bom andamento dos serviços;

III - Determinar a reexecução dos serviços realizados com falha, erro ou negligência, lavrando termo de ocorrência do evento;

Se a licitante vencedora deixar de entregar o serviço/objeto ou cumprir a exigências dentro do prazo estabelecido sem justificativa por escrito, com aceite da Administração, sujeitar-se-á às penalidades impostas neste Termo;

O Gestor do Contrato poderá, sempre que julgar necessário, solicitar à Contratada a apresentação de quaisquer documentos referentes aos serviços contratados.

A omissão total ou parcial do Gestor do Contrato não eximirá a Contratada de sua plena responsabilidade pela execução, supervisão e controle dos serviços/objeto, nas condições previstas no Termo de Referência.

3.8. Da entrega/recebimento: Ficam aquelas estabelecidas no item 27. e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

Do Local e Forma de Entrega

A entrega das refeições deverá ocorrer nos locais onde se realizarem os cursos e eventos promovidos pelo IESPRO, em municípios como Porto Velho, Cacoal, Ji-Paraná, Ariquemes, Vilhena e Rolim de Moura, conforme programação institucional. A contratada deverá se responsabilizar pelo transporte, montagem, distribuição e recolhimento dos materiais.

Condições de Entrega:

De acordo com a demanda do requisitante.

Da Execução Dos Serviços:

Os serviços, objeto desta licitação deverão ser executados nas dependências da CONTRATADA, ou nos locais indicados pela contratante para os casos onde houver a prestação de serviço de fornecimento de alimentação acima da sua capacidade de alocação, deverá arcar com os traslados que se fizerem necessário.

O IESPRO expedirá a Ordem de Serviço, encaminhando à empresa, com antecedência mínima de até 10 (dez) dias da data de realização do evento.

Do Prazo

O Sistema de Registro de Preço é de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da autorização de carona, podendo ser prorrogada conforme disposições legais e vigência da ata principal.

Das Condições de Recebimento de Bens de Consumo

A contratada deverá dispor de estrutura e equipe técnica para atendimento em eventos institucionais em diversas regiões do Estado de Rondônia.

Garantir qualidade nutricional, higienização e apresentação dos alimentos.

Entregas deverão ocorrer conforme cronograma dos eventos e locais definidos pelo IESPRO.

O Recebimento Provisório

O recebimento provisório será efetuado por servidor designado pelo IESPRO, que atestará o cumprimento parcial do fornecimento para fins de pagamento, condicionando-se à conferência quantitativa e qualitativa dos serviços.

O Recebimento Definitivo

Após a verificação da conformidade dos serviços prestados e ausência de pendências, será emitido o termo de recebimento definitivo, encerrando-se a etapa de fiscalização da execução contratual.

3.9. Do pagamento: Ficam aquelas estabelecidas no item 29. e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

O pagamento será realizado **no prazo de até 30 (trinta) dias**, através de ordem bancária creditada na conta corrente da Contratada, após a apresentação do documento fiscal correspondente e aceite definitivo, com a verificação de conformidade do material com as exigências contidas neste instrumento, da atestação da nota fiscal/fatura e não haja impeditivo imputável à Contratada.

O pagamento será mensal, mediante apresentação de nota fiscal acompanhada das Ordens de Serviço executadas no período.

A Contratada deverá encaminha as Notas Fiscais/Faturas via e-mail para o endereço eletrônico: ccc.iespro@gmail.com, a qual deverá conter o detalhamento dos bens/serviços fornecidos/executados e vir acompanhada obrigatoriamente dos seguintes documentos:

3.10. Da obrigação da contratada: Ficam aquelas estabelecidas no item 35.21. e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

Da Contratada/Fornecedor

São obrigações da contratada, além daquelas exigidas em Lei 14.133/21:

Cumprir fielmente as condições estabelecidas no(s) contrato(s);

Executar os serviços contratados por profissionais especializados, objetivando a realização dos serviços de forma completa, sem que haja descontinuidade ou a necessidade de a própria organização do evento realizar os serviços ora contratados para que não haja a paralisação do evento(s), oferecendo risco a contratação;

Não dar causa a necessidade da realização de quaisquer contratações adicionais;

Quando for o caso, garantir que todas as estruturas montadas sejam seguras e estejam de acordo com as normas de segurança vigentes, incluindo a instalação de sinalização adequada;

Realizar inspeções regulares nas estruturas durante todo o evento para identificar e corrigir qualquer desgaste ou dano que possa comprometer a segurança;

Fornecer equipamentos, ferramentas e uniformes adequados aos colaboradores;

Entregar os produtos nos locais descritos no subitem 5.1.1. deste Termo de Referência (endereços informados posteriormente), para o servidor nomeado para efetuar a conferência dos materiais no ato do recebimento;

Disponibilizar, a partir da assinatura do Contrato ou do recebimento da nota de Empenho, um canal de comunicação com a Secretaria de Estado de Finanças (endereço, telefone, endereço de e-mail e nome do responsável para contato), a fim de colher as diretrizes e informações relativas à execução do objeto;

Informar à Secretaria de Estado de Finanças qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos solicitados;

Fornecer os bens de acordo com as especificações contidas no **item 4.3.3**.

Arcar com as **despesas com transporte, fretes, bem como, qualquer outra relacionada à entrega do produto**, que é de total responsabilidade da proponente;

Providenciar para que os entregadores se apresentem devidamente uniformizados e identificados com o nome da empresa;

Remover, substituir, após notificação formal, as mercadorias que estiverem em desacordo com as especificações deste instrumento ou que apresentarem vício de qualidade;

Comunicar a Contratante, através de justificativa circunstanciada formal, a ocorrência de qualquer evento que venha causar atrasos ou impedimentos que impeçam mesmo temporariamente de cumprir seus deveres e responsabilidades relativos à execução do Instrumento Contratual, total ou parcialmente, justificando o atraso, o que, em hipótese alguma eximirá a Contratada das obrigações assumidas, salvo caso fortuito ou força maior, devidamente caracterizados;

Responsabilizar-se, integralmente, por todos os tributos, taxas e contribuições (inclusive para fiscais), que direta ou indiretamente incidam ou vierem a incidir sobre a aquisição, inclusive com as despesas referentes a seguro e transporte, quando ocorrerem;

Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Secretaria de Estado de Finanças ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização e o acompanhamento pela Secretaria de Estado de Finanças;

Arcar com as despesas de qualquer natureza, em todo caso de devolução ou extravio dos materiais;

Comprovar, sempre que solicitado pela Contratante, o recolhimento de todos os tributos e encargos sociais incidentes sobre o contratado, sendo que sua inobservância implicará em autuação de procedimento administrativo, assegurando o contraditório, não feita a regularização, serão aplicadas as penalidades previstas no termo de referência;

Manter as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação como condição para a execução do objeto, e, se for o caso, celebração do Instrumento Contratual;

Não divulgar informações a terceiros ou realizar publicidade acerca do objeto, salvo expressa autorização da Secretaria de Estado de Finanças;

O produto ofertado deverá atender aos dispositivos da Lei nº. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislações pertinentes.

Em caso de recusa do objeto, o mesmo, substituirá em até 24 (vinte e quatro) horas, conforme o subitem 5.4.4.

A Contratante não se responsabilizará por quaisquer obrigações, responsabilidades, trabalhos ou serviços não previstos no termo de referência, e não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da empresa vencedora para terceiros, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros.

Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, consoante ao (art. 92, XVI, da Lei 14.133/2021) (art. 42, XX, XXI, § 1º, VI, VII Decreto Estadual Nº 28.874/24).

Aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento) (art. 125, da Lei 14.133/2021) (arts. 142, 143, 144 e 145, Decreto Estadual Nº 28.874/24).

Apresentar a Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

Comprovada mediante apresentação da declaração constante no **ANEXO - II** deste Termo devidamente preenchida e assinada pelo representante da empresa licitante.

Apresentar a Declaração de Fato Superveniente.

Comprovada mediante apresentação da declaração constante no **ANEXO - III** deste Termo devidamente preenchida e assinada pelo representante da empresa licitante.

Apresentar a Declaração de ME/EPP.

Apresentar a Declaração de Ciência do Edital.

Apresentar a Declaração de Menor.

Apresentar a Declaração Independente de Proposta.

Apresentar a Declaração de Acessibilidade.

Apresentar a Declaração de Cota de Aprendizagem.

Apresentar a Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado.

3.11. Da obrigação da contratante: Ficam aquelas estabelecidas no item 35.1. e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

Da Contratante

Providenciar infraestrutura básica para a realização dos serviços, a exemplo de ponto para conexão de fonte de energia elétrica, indicação clara do local e a sua segurança;

Realizar o acompanhamento, fiscalização e recebimento no tempo e forma previstos em lei;

Realizar a divisão dos objetos da contratação de maneira adequada a possibilitar menor restrição de competidores e melhores propostas à Administração Pública;

No contrato, ou demais documentos, detalhar todos os requisitos acima mencionados, incluindo prazos, responsabilidades, penalidades por descumprimento e cláusulas de rescisão.

Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos.

Receber os pedidos de prorrogação de prazo, desde que solicitados antes do vencimento do prazo de entrega do objeto, devidamente justificados e com documentações que comprovem as causas de tais pedidos.

Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos materiais recebidos provisoriamente com as especificações constantes no termo de referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos.

Aplicar as sanções cabíveis previstas na legislação, em casos de irregularidades constatadas na execução do objeto deste instrumento.

A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

Enviar as notas de empenho ou contrato, através de e-mail, conforme o caso, onde estará registrado o telefone utilizado, nome da empresa e o funcionário que efetuou o recebimento.

Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela empresa vencedora.

Notificar, por escrito, a empresa vencedora, acerca de quaisquer irregularidades encontradas na entrega dos materiais.

Rejeitar os materiais, caso estejam em desacordo com as especificações mínimas definidas no Termo de Referência.

A Secretaria de Estado de Finanças, após a retirada da nota de empenho ou contrato, compromete-se a:

proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitir o acesso dos funcionários da empresa vencedora às dependências da Secretaria de Estado de Finanças;

promover os pagamentos dentro do prazo estipulado; e

fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas às obrigações contratuais.

3.12 Dos critérios de sustentabilidade: Ficam aquelas estabelecidas no item 33. e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

DO CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

A Contratada deverá atender, no que couber, aos critérios de sustentabilidade ambiental previstos na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº01, de 19/01/2010;

Destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e equipamentos que foram utilizados na prestação de serviços.

- 4.1. Serão registrados valores mínimos ou quantidades mínimas para faturamento e entrega, conforme item 16. e subitens do Anexo I – Termo de Referência.

QUANTIDADE MÍNIMA A SER COTADA DE SERVIÇOS

Os licitantes deverão cotar, obrigatoriamente, os quantitativos mínimos definidos neste Termo de Referência, observadas as respectivas **unidades de medida**, sob pena de desclassificação, conforme art. 84, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.
5.

DA POSSIBILIDADE DE PREVISÃO DE PREÇOS DIFERENTES

5.1. SERÁ admitida a previsão de preços diferentes, conforme item 10. e subitens do Anexo I – Termo de Referência.

PREVER PREÇOS DIFERENTES

Poderão ser admitidos preços distintos por item, localidade ou tipo de serviço, desde que expressamente previstos na proposta e compatíveis com os valores máximos estimados, nos termos do art. 84, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

5.2. Na hipótese de o preço contratado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

5.2.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item contratado, sem aplicação de penalidades administrativas.

5.3. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço contratado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações estabelecidas, será facultado ao fornecedor requerer à Contratante a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

5.4. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço contratado em relação às condições inicialmente pactuadas.

5.5. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço contratado, o pedido será indeferido pela Contratante e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas no Contrato, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

5.6. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 5 e no item 5.4 , a Contratante atualizará o preço, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado, mediante Termo Aditivo.
6.

DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

6.1. De acordo com o Art. 164, da Lei nº 14.133, de 2021, qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, observado o seguinte procedimento:

6.1.1. Envio exclusivo para o endereço eletrônico: cogen5.supel@gmail.com;

6.1.2. Após o envio do e-mail, a licitante deverá certificar-se quanto à confirmação de recebimento pelo Núcleo de Atendimento desta Superintendência, para não tornar sem efeito, pelo telefone **(069) 3212-9243** ou ainda, concomitantemente, caso julgue necessário, protocolar o original presencialmente na SUPEL, no horário das 07h30min. às 13h30min (horário local), de segunda-feira a sexta-feira, situada na Av. Farquar, 2986 - Bairro: Pedrinhas Complemento: Complexo Rio Madeira, Ed. Pacaás Novos - 2º Andar, em Porto Velho/RO - CEP: 76.801-470;

6.1.3. Mencionar o número do Pregão, o ano e o número do processo licitatório.

6.2. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, de forma que a concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada nos autos do processo de licitação.

6.3. A decisão do(a) Pregoeiro(a) quanto a impugnação será informada preferencialmente via e-mail (aquele informado na impugnação), e através do campo próprio do Sistema Eletrônico do site Compras.gov.br, sendo necessariamente divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, ficando o licitante obrigado a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pelo(a) Pregoeiro(a), na forma do Art. 164, parágrafo único, da Lei 14.133/2021.

6.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
7.

DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

7.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - **SICAF** e no Portal de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – **ICP – Brasil**.

7.2. Os licitantes deverão obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e de seus anexos.

7.2.1. Ante eventual ausência de regramento específico em Edital, deverão ser observados os inseridos no Termo de Referência, sempre pautando-se na legislação vigente.

7.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

7.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar **desclassificação** no momento da habilitação.

7.6. Não poderão disputar esta licitação, direta ou indiretamente:

7.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

7.6.2. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de penalidade que lhe foi imposta de:

7.6.2.1. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de Rondônia, nos termos do art. 156, III, § 4º, da Lei n. 14.133/2021;

7.6.2.2. Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, IV, § 5º, da Lei n. 14.133/2021;

7.6.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;

7.6.4. Aquele que se enquadre no disposto no art. 14, da Lei n. 14.133, de 2021;

7.6.5. Agente público do órgão, agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, conforme [§§ 1º e 2º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.6.6. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio observar o art. 15 da Lei n. 14.133, de 2021 e disposição constante no item 31 do Anexo I - Termo de Referência:

DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO

Fica vedada a participação de empresas sob a forma de consórcio, tendo em vista por ser uma contratação de serviços técnicos que compõem sistemas interligados, sofreríamos danos técnicos e temporais resultante de soluções diferentes apresentada por várias empresas, portanto, não é o caso da aplicação do art. 15 da Lei Federal 14.133/20

7.6.7 Da subcontratação: Ficam aquelas estabelecidas no item 30 e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente:

DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO E/OU TRANSFERÊNCIA

Não será admitido a subcontratação, cessão ou transferência total, ressalvado os casos de subcontratação parcial do objeto, não eximindo a(s) contratada(s) da responsabilidade total dos serviços.

Nos casos de subcontratação parcial, essas deverão ser previamente submetidas a(o) gestor(a) do contrato, que será o responsável por aprovar cada caso, incumbindo a contratada de justificar a necessidade de tal subcontratação e comprovar a regularidade fiscal e trabalhista da(s) subcontratada(s).

Na hipótese de subcontratações parciais, não poderão ultrapassar o limite de 30% (trinta por cento) do valor de contrato, sendo obrigatoriamente informado pela contratada e devidamente autorizada pela contratante; as subcontratações apenas poderão ser celebradas com empresas aceitas, após apurar-lhes a Capacidade Jurídica, a Capacidade Técnica, a Idoneidade Financeira e a Regularidade Fiscal.
8.

DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

8.1. Na forma do Art. 4º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, devendo atentar às regras estabelecidas no regramento específico citado.

8.2. Para obtenção de benefícios a que se refere este item, a licitante deverá apresentar:

8.2.1. Declaração, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#);

8.2.2. Declaração de que no ano-calendário de realização da licitação ainda não tenha celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, na forma do Art. 4º, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2.3. A empresa de pequeno porte que, no ano-calendário, exceder o limite de receita bruta anual, previsto no inciso II, do caput do artigo 3º da Lei Complementar n. 123/06, fica excluída, no mês subsequente à ocorrência do excesso, do tratamento jurídico diferenciado, bem como do regime de que trata o art. 12, para todos os efeitos legais, ressalvado o disposto nos §§9º-A, 10 e 12, da mesma LC 123/06.

8.3. A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, neste Edital e em normas correlatas.

8.4 Nos itens/lotos destinados à exclusiva participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e equiparadas aplica-se o Decreto Estadual nº 21.675/2017, no que couber.
9.

DO REGISTRO DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO

9.1. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do Licitante a partir da data da liberação do Edital, até o horário limite de início da Sessão Pública, horário de Brasília, devendo ser encaminhado, exclusivamente por meio do sistema, quando convocado, a proposta de preço, conforme exigências do Edital.

9.2. O licitante deverá registrar sua proposta, no sistema eletrônico, observando os seguintes campos: Valor unitário e total do item ou valor global, ou percentual de desconto; descrição detalhada do objeto, contendo as informações conforme à especificação do Termo de Referência.

9.2.1. A licitante deverá preencher o campo "marca" apenas com a marca específica do produto que deseja ofertar, sob pena de ser desclassificada caso não esteja de acordo.

9.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

9.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

- 9.5. As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.

9.6. As propostas registradas através do preenchimento no momento do cadastro no Sistema **COMPRAS.GOV.BR NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE**, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas.

9.7. Quando da inclusão do anexo da proposta no sistema eletrônico, as empresas deverão fornecer as informações necessárias para a identificação da proposta em conformidade com o item 51. e subitens do Anexo I deste edital - Termo de Referência, que somente será pública após a fase de lances

Considerando a natureza do objeto e a possibilidade de parametrização dos preços com base em valores estimados unitários previamente definidos pela Administração, adotou-se o critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR LOTE**, incidente sobre os preços estimados constantes do Termo de Referência.

A escolha do critério demonstra-se vantajosa, pois:

possibilita maior competitividade entre os licitantes;

assegura economicidade, permitindo à Administração obter propostas mais vantajosas;

mantém controle sobre os preços máximos aceitáveis, evitando sobrepreço.

Destaca-se que os valores estimados foram obtidos mediante pesquisa de preços regular, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e da IN SEGES nº 73/2022, garantindo base confiável para aplicação do desconto.

A **validade da proposta** deverá de no mínimo 90 (noventa) dias, contados da data de abertura do certame.

Modo de Disputa: Aberto conforme inciso I do art. 56 da Lei nº 14.133/2021, que consiste na apresentação das propostas, pelos licitantes, por meio de lances públicos e sucessivos, crescentes ou decrescentes, visto que se trata de um pregão cujo o critério de julgamento é **MENOR PREÇO POR LOTE** para os itens/lotes da licitação.

No modo de disputa aberto, a fase de lances resume-se à disputa eletrônica, realizada por todos os licitantes, oportunidade em que os valores são registrados pelo sistema e o lance vencedor é aquele que contém o melhor preço em razão do desconto ofertado, obtido no encerramento dessa etapa de disputa.

A opção da escolha consiste no fato de haver, o estímulo contínuo da disputa de preços no modo aberto, ou seja, os lances sucessivos e públicos, afasta todo risco de empresas amadoras (novas no mercado) lances sem valor fora do mercado numa etapa fechada (que é sigilosa). Os preços em disputa aberta ficam claros para melhor competição entre os participantes. Então, evitar riscos na contratação contribui para ter uma licitação que alcance mais prontamente os resultados pretendidos, além do que, não foi possível identificar que optar por modo disputa diferente do "modo aberto" venha a trazer vantagem para a Administração e nem mesmo aponta simplificação do processo ou celeridade no resultado da licitação.

As proponentes poderão apresentar, juntamente com a proposta, folder/catálogo/prospecto, referente aos produtos, objetivando auxiliar e dar agilidade na análise das propostas.

Não será admitida a oferta de proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto neste TR, conforme dispõe o art. 82, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, considerando que o fornecimento do objeto se dará de forma parcelada com entrega em diversas unidades escolares, sendo que tal permissão poderá incorrer no acréscimo do volume de contratos, por conseguinte, influenciando negativamente no gerenciamento.

Considerando o critério de julgamento, qual seja, o de **MENOR PREÇO POR LOTE**, o percentual ofertado em cada grupo será único, os quais incidiram sobre os preços unitários estimados para cada item, que terão como fonte, além dos bancos de preços oficiais, os preços locais regionalizados.
10.
- DA FORMULAÇÃO DE LANCES, CONVOCAÇÃO ME/EPP E CRITÉRIO DE DESEMPATE**
- 10.1. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

10.2. O lance deverá ser ofertado pelo valor **UNITÁRIO** de cada item.

10.3. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

10.4. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

10.5. **O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de:**
a) 1% (um por cento), quando o item licitado possuir valor estimado acima de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);
b) 2% (dois por cento), quando o item licitado possuir valor estimado de até R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

10.6. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

10.7. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa ABERTO, conforme item 51.5. do Anexo I deste edital - Termo de Referência:
Modo de Disputa: Aberto conforme inciso I do art. 56 da Lei nº 14.133/2021, que consiste na apresentação das propostas, pelos licitantes, por meio de lances públicos e sucessivos, crescentes ou decrescentes, visto que se trata de um pregão cujo o critério de julgamento é maior desconto para os itens/lotes da licitação.
- 10.8. Após o encerramento da etapa de lances, será verificado se há empate entre as licitantes que neste caso, por força da aplicação da exclusividade obrigatoriamente se enquadram como Microempresa – **ME** ou Empresa de Pequeno Porte – **EPP**, conforme determina a Lei Complementar n. 123/06,**CONTROLADO SOMENTE PELO SISTEMA COMPRAS.GOV.BR**.
- 10.9. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021., nesta ordem:**
- a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) **avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021;**

c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 10.10. Persistindo o empate, será realizado **SORTEIO ELETRÔNICO** através do sistema ComprasGov, em sessão pública entre as propostas empatadas, nos moldes do artigo 28, §§ 1º e 2º da Instrução Normativa SEGES/MGI Nº 79.
- 10.11. Em caso de impossibilidade de utilização do subitem 10.10, a sessão pública de sorteio será efetuada de forma presencial, podendo qualquer interessado participar, sendo transmitida em canal oficial da Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL, sendo observado os procedimentos, a saber:**
- a) **Informação no chat da sessão pública quanto: data, hora e local da sessão para o procedimento de desempate das propostas, a ser realizado no site sorteador.com.br (ou outro compatível);**

b) **Por ordem alfabética, será disponibilizado a indicação dos nomes das licitantes, que se encontram em situação de propostas empatadas, no site indicado na alínea "a" do subitem 10.11;**

c) **A primeira licitante sorteada, será a primeira classificada. A sequência classificatória das propostas empatadas seguirá em ordem sucessiva;**

d) **A sessão será oficialmente encerrada após a conclusão desses procedimentos, e o registro audiovisual da sessão permanecerá para visualização no canal oficial da Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL.**

e) **Haverá transmissão ao vivo da sessão do sorteio nos canais oficiais SUPEL: <https://www.youtube.com/@supelro5251> e <https://www.instagram.com/supelrondonia/>**

f) **Haverá lavratura de ata de sorteio, com presença de testemunhas, que será incluída no processo administrativo;**
- 10.12. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 10.13. Nos itens/lotes destinados à exclusiva participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e equiparadas será concedida prioridade de contratação de microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, nos termos previstos no Decreto Estadual nº 21.675/2017:**
- a) **aplica-se o disposto neste subitem nas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superior ao menor preço;**

b) **a microempresa ou a empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da licitação, situação em que poderá ser adjudicado o objeto em seu favor;**

c) **na hipótese da não contratação da microempresa ou da empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente com base na alínea "b", serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação da alínea "a", na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;**

d) **no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;**

e) **quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência para produto nacional em relação ao produto estrangeiro previstas no Decreto Estadual 21.675/2017 , a prioridade de contratação prevista neste artigo será aplicada exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, de acordo com os Decretos de aplicação das margens de preferência.**
11.
- DA FASE DE NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS**
- 11.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 7 deste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

11.2. Seguidamente será realizada a negociação e atualização dos preços por meio do **CHAT MENSAGEM** do sistema Compras.gov.br, devendo o (a) Pregoeiro (a)examinar a compatibilidade dos preços em relação ao estimado para contratação.

11.2.1. Serão aceitos somente preços em moeda corrente nacional (R\$), com valores unitários e totais com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no Anexo I – Termo de Referência. Caso seja encerrada a fase de lances, e a licitante divergir com o exigido, o (a) Pregoeiro (a), poderá convocar no chat de mensagens para atualização do referido lance e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os para menos automaticamente caso a licitante permaneça inerte.

11.3. **O (a) Pregoeiro (a) não aceitará o item cujo preço seja superior ao estimado (valor de mercado) para a contratação.**

11.3.1. **Sob análise do (a) Pregoeiro (a), poderá ser convocada todas as licitantes, que estejam dentro do valor estimado para contratação, para que no prazo máximo de 02 (duas) horas, se outro prazo não for fixado, envie a proposta adequada ao último valor ofertado, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital.**

11.3.1.1. **O prazo previsto no subitem 11.3.1 poderá ser prorrogado por igual período, desde que o licitante faça o pedido no sistema antes do prazo final**

11.3.1.2. **A prorrogação do prazo previsto no subitem 11.3.1.1 poderá ser concedida, a critério da Administração Pública e/ou quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.**

11.3.2. **Caberá ao licitante remeter no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema Compras.gov, a proposta atualizada com o preço ou desconto, sob pena de desclassificação.**

11.3.3. **A PROPOSTA DE PREÇOS** deverá conter: o valor devidamente atualizado do lance e/ ou da negociação ofertados, com a especificação completa do objeto, contendo marca/modelo/fabricante.

11.4. Para fins de aceitação da proposta o (a) Pregoeiro (a) examinará a proposta ajustada quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação aos valores estimados para contratação, podendo solicitar manifestação técnica e jurídica de outros setores do órgão, a fim de subsidiar sua decisão.

11.5. Quando houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, será oportunizado ao licitante o Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa, para que querendo esclareça a composição do preço da sua proposta, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do artigo 59 da Lei Federal nº 14.133/2021.

- 11.6. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do órgão requisitante, ou da área especializada no objeto.
- 11.7. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Anexo I deste Edital - Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 11.8. **A PROPOSTA DE PREÇOS**, inserida no sistema de Compras.gov.br deverá estar de acordo com o item 51.7 do Anexo I - termo de Referência:
- A opção da escolha consiste no fato de haver, o estímulo contínuo da disputa de preços no modo aberto, ou seja, os lances sucessivos e públicos, afasta todo risco de empresas amadoras (novas no mercado) lances sem valor fora do mercado numa etapa fechada (que é sigilosa). Os preços em disputa aberta ficam claros para melhor competição entre os participantes. Então, evitar riscos na contratação contribui para ter uma licitação que alcance mais prontamente os resultados pretendidos, além do que, não foi possível identificar que optar por modo disputa diferente do "modo aberto" venha a trazer vantagem para a Administração e nem mesmo aponta simplificação do processo ou celeridade no resultado da licitação.
- 11.9. **As propostas terão validade mínima de 90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 11.9.1 **A SUPEL** solicitará às empresas, cujas propostas estiverem com prazo de vencimento inferior a **10 (dez) dias**, após declarada habilitada, que façam a devida atualização com o intuito de dar celeridade ao processo de adjudicação e homologação pela Unidade Gestora.
- 11.9.2. As propostas com prazo de vencimento superior ao mencionado no item 11.9.1., serão enviadas imediatamente à Unidade Gestora sem a referida atualização temporal, para que se dê início ao procedimento homologatório.
- 11.9.2.1. Quando o processo for encaminhado para homologação juntamente com a proposta atualizada, cujo prazo de vencimento seja superior a 10 (dez) dias, ficará a cargo da **SUPEL** informar à Unidade o prazo em dias restante para o vencimento.
- 11.9.3. Decorrido o prazo de vencimento da proposta sem que a Unidade Gestora promova a homologação, a esta recai a responsabilidade de solicitar às licitantes a atualização.
- 11.9.4. O procedimento mencionado no item 11.9.1 será dispensado nos processos em que for certificada a necessidade de prioridade de tramitação, de modo que as propostas serão encaminhadas à Unidade Gestora para os atos de homologação, desde que dentro da validade, após finalizada a fase de habilitação.
- 11.10. Na ocasião da homologação, caso haja divergências entre o valor constante na proposta, enviado pela licitante, e o valor final das negociações registradas no Termo de Julgamento, será considerado o registrado no Termo para fins de homologação.

12. **DA FASE DE HABILITAÇÃO**

- 12.1. Serão realizadas consultas, ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitare e Contratar com a Administração Pública Estadual - **CAGEFIMP**, instituído pela Lei Estadual 2.414, de 18 de fevereiro de 2011, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - **CEIS/CGU** (Lei Federal 12.846/2013), Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - **SICAF**, Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)e Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - **TCU**.
- 12.2. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 12.3. A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO ANEXADA NO SISTEMA COMPRAS.GOV TERÁ EFEITO PARA TODOS OS ITENS, OS QUAIS A EMPRESA ENCONTRA-SE CLASSIFICADA.**
- 12.4. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do **SICAF** e/ou Cadastro Geral de Fornecedores – **CAGEFOR** da **SUPEL**, assegurando aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.
- 12.4.1. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.**
- 12.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar inabilitação.
- 12.6. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 12.7. O Pregoeiro, após da aceitação do(s) item(ns), convocará a licitante melhor classificada para que, no prazo de 2 (duas) horas, se outro prazo não for fixado, envie os documentos de habilitação.**
- 12.7.1. O prazo previsto no subitem 12.7 poderá ser prorrogado por igual período, desde que o licitante faça o pedido no sistema antes do prazo final**
- 12.7.2. A prorrogação do prazo previsto no subitem 12.7.1 poderá ser concedida, a critério da Administração Pública e/ou quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.**
- 12.8. Caberá ao licitante remeter no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema Compras.gov a documentação exigida e atualizada, nos termos do Edital, sob pena de inabilitação.**
- 12.9. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:**
- 12.9.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 12.2.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 12.10. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 12.11. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC n. 123, de 2006 e alterações.
- 12.12. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado prazo de 5 (cinco) dias úteis para sua regularização pelo licitante, prorrogável por igual período, com início no dia em que o proponente for declarado vencedor do certame.
- 12.12.1. A prorrogação do prazo previsto no subitem 12.11. poderá ser concedida, a critério da Administração Pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
- 12.12.2. Ressalvado os documentos possíveis de verificação conforme item 12.4, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital e anexos, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

12.12. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- a) Comprovação de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (**CPF**) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (**CNPJ**);
- b) Comprovação de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade perante a Fazenda federal;
- d) Prova de regularidade Estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- e) Certidão de Regularidade do **FGTS**, relativa à Seguridade Social e ao **FGTS**, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- f) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão de Regularidade de Débito – **CNDT**, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho
- 12.12.1. Será admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

12.13. RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) Em se tratando de microempreendedor individual – **MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - **CCMEI**, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>;
- c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - **EIRELI**: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- e) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- f) No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – **DAP** ou **DAP- P** válida, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social, conforme Decreto nº 11.802, de 28/11/2023.
- g) No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do **INSS** – **CEI**, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa **RFB** nº 2110, de 2022.
- h) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, e se for o caso, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 12.13.1. Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva.

12.14. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA

- 12.14.1. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles estabelecidos no item 34.3 do Anexo I deste edital - Termo de Referência:

Relativos à Qualificação Econômico-Financeira

- a) Certidão Negativa de feitos sobre falência – Lei nº. 11.101/05, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, expedida nos últimos 90 (noventa) dias caso não conste o prazo de validade.

12.15. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 12.15.2. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles estabelecidos no item 34.4 do Anexo I deste Edital – Termo de Referência:

FICA DISPENSADA HABILITAÇÃO RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 12.16. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

- 12.16.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcionem no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou

embaixadas.

12.17. DAS DECLARAÇÕES:

12.17.1. Será verificado, no sistema eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>, se, no momento do cadastramento da proposta inicial, os licitantes declararam o cumprimento das exigências previstas nas disposições legais aplicáveis:

- a) Ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos e concordar com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.
- b) Que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo.
- c) Que atende aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório
- d) Inexiste impedimento à minha habilitação e comunicarei a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante.
- e) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- f) Ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
- g) Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.
- h) Observância aos incisos III e IV do art. 1º e cumprimento do disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante
- i) Cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.
- j) O licitante organizado em **COOPERATIVA** deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- k) Declaração, caso se enquadre, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#).

k.1) A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, na forma do Art. 4º, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021. Id. [\(68784046\)](#).

12.18. Não será necessária a juntada das documentações exigidas diretamente na plataforma Compras.gov.br, em meio eletrônico, juntamente com os demais documentos de habilitação e proposta.

12.19. Outras declarações eventualmente exigidas no Anexo I deste edital - Termo de Referência

12.19. As licitantes que deixarem de apresentar os documentos exigidos para a Habilitação ou os apresentar em desacordo com o estabelecido neste Edital, serão inabilitadas.

13. DO RECURSO

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#) após a fase de **JULGAMENTO** e **HABILITAÇÃO**, declarada a empresa **VENCEDORA** do certame, qualquer Licitante dentro do prazo poderá manifestar em campo próprio do Sistema Eletrônico, de forma imediata sua intenção de recorrer no prazo mínimo de 10 (dez) minutos, em cada fase.

13.1.1. A intenção de recorrer deverá ser registrada imediatamente, sob pena de preclusão.

13.2. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 8º, da ata de julgamento.

13.3. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

13.4. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6 . O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

13.7. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14. DA HOMOLOGAÇÃO

14.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior da unidade demandante para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO

15.1. A autoridade superior poderá revogar o procedimento licitatório por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurada a prévia manifestação dos interessados.

15.2 O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

15.3 Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subseqüentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

15.4 Na hipótese da ilegalidade de que trata o caput ser constatada durante a execução contratual, aplica-se o disposto no art. 147 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

16.1. A licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas nos termos do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal e **sanções** previstas no **item 36. e subitens do Anexo I deste Edital - Termo de Referência**.

SANÇÕES

Comete infração administrativa, nos termos do Art. 155 Lei nº 14.133/2021, o licitante/adjudicatário que:

dar causa à inexecução parcial do contrato;

dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

dar causa à inexecução total do contrato;

deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

Aos adjudicatários que descumprirem total ou parcialmente os contratos celebrados com a Administração Pública Estadual, serão aplicadas as sanções previstas nos artigos 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, e demais cominações legais, com observância ao devido processo administrativo, respeitando-se o contraditório e a ampla defesa.

advertência;

multa;

impedimento de licitar e contratar;

declaração de inidoneidade para licitar ou contratar

Na aplicação das sanções serão considerados:

a natureza e a gravidade da infração cometida

as peculiaridades do caso concreto;

as circunstâncias agravantes ou atenuantes

os danos que dela provierem para a Administração Pública;

a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, penalidades específicas e proporcionais a gravidade dos eventuais descumprimentos contratuais, de acordo com o Acórdão 1453/2009 Plenário – TCU.

16.2. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública do Estado de Rondônia.

17. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. Os recursos financeiros necessários para acobertar as despesas decorrentes da contratação, estão consignados no orçamento da Instituto Estadual de Educação em Saúde Pública de Rondônia - IESPRO, conforme estabelecido no **item 28. do Anexo I deste Edital - Termo de Referência**:

28. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

18.1. Homologada a licitação pela Autoridade Competente, a Ata de Registro de Preços será publicada na imprensa Oficial, momento em que terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

18.2. O **limite global** para solicitações de adesões a este Sistema de Registro de Preços, **não poderá exceder ao limite global de duas vezes o quantitativo registrado.**

18.2.1. O **limite individual** de cada órgão ou entidade não participante **será de um aumento de 50% do quantitativo registrado**, ressalvado o disposto no art. 86, § 7º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

18.3. **Será estabelecido quantitativo mínimo para cada ordem de fornecimento** a ser emitida pelo órgão gerenciador, participantes ou não participantes, podendo as requisições ocorrer conforme a necessidade da Administração, observadas as condições, limites e quantitativos máximos previstos na Ata de Registro de Preços e no edital, todavia cada Ordem de Serviço deverá respeitar a quantidade mínima estabelecida neste Termo de Referência, conforme art. 121 do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

18.4. A validade desta ata de registro de preços será de 1(um) ano, contados a partir da publicação no Diário Oficial do Estado, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, mediante pesquisa de mercado que leve em consideração os parâmetros fixados no art. 51 do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

18.5. Os prazos de vigência dos eventuais contratos decorrentes do registro observarão os limites previstos no Capítulo V do Título III da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.6. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

18.7. A ata de registro de preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão o Decreto Estadual nº 28.874/2024, a Lei Federal nº 14.133/2021, e as demais normas complementares e disposições desta Ata e do Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e especialmente aos casos omissos.

18.8. Fica a Detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

18.9. Nos termos do Decreto Estadual nº 28.874/2024, a Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

18.10. - É vedada à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital;

18.11. Por ocasião da publicação da ata de registro de preços, será verificado no **SICAF** e em outros meios se a adjudicatária mantém as condições de habilitação.

18.12. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

18.12.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

18.12.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

18.12.2.1. Aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência de classificação da licitação; e

18.12.2.2. Mantiverem sua proposta original.

18.13. Para o cadastro reserva disposto no item **18.12.2** o (a) Pregoeiro (a) realizará as convocações no chat de mensagens durante o transcurso da sessão pública.

18.14. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

18.15. O registro a que se refere o item **18.12.2** tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo detentor da ata.

18.16. A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva será conferida quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente.

18.17. O preço registrado poderá ser revisto em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, observada a instrução processual respectiva, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

18.17.1. A alteração dos preços registrados não altera automaticamente os preços dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços, cuja revisão deverá ser feita pelo órgão contratante, observadas as disposições legais incidentes sobre os contratos.

18.18. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

18.18.1 Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

18.18.2. A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

18.18.3. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.

19. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

19.1. O registro de preço de fornecedor ou prestador de serviço será cancelado quando:

19.1.1. For atestado o descumprimento das condições previstas na ata de registro de preços;

19.1.2. O contrato ou documento equivalente não for firmado no prazo estabelecido pela Administração;

19.1.3. O fornecedor ou prestador de serviço registrado não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior aos preços praticados no mercado;

19.1.4. Estiverem presentes razões de interesse público; e

19.1.5. Restar caracterizada a impossibilidade de concretização do objeto registrado em razão de caso fortuito ou força maior.

19.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador, após manifestação da fiscalização contratual.

19.3. O disposto no § 1º do art. 136 do Decreto 28.874/2024 poderá ser observado nas hipóteses de cancelamento do registro, sem prejuízo da prévia negociação para obtenção de condições mais vantajosas para a Administração.

20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. A qualquer momento, após a aceitação das propostas, poderão, os licitantes ser convocados a atualizar sua validade, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de desclassificação.

20.2. Será divulgada ata da sessão pública nos sistemas eletrônicos: <https://www.gov.br/compras/pt-br> e no site <https://rondonia.ro.gov.br/supel/licitacoes/>.

20.3. As disposições atinentes à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento deverão ser observadas no Anexo I - Termo de Referência deste Edital.

20.4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - **DF**.

20.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

20.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

20.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

20.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

20.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

20.10. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

20.10.1. Fica o licitante incumbido de acompanhar todas as operações no sistema. Em caso de problemas técnicos/operacionais dentro da plataforma Compras.gov, deverá ser feita imediata manifestação pela empresa, direta e concomitantemente, à Superintendência Estadual de Compras e Licitações - **SUPEL** via telefone e/ou e-mail (ambos informados no resumo deste edital), sob pena de preclusão do direito de alegação em sede recursal.

20.11. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o (a) Pregoeiro (a) persistir por tempo superior a 1 (uma) hora, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo (a) Pregoeiro (a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

20.12. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (**PNCP**) e endereço eletrônico <https://rondonia.ro.gov.br/supel/licitacoes/> <https://www.gov.br/compras/pt-br>

20.14. Ante eventual ausência de regramento específico em Edital, deverão ser observados os inseridos no Termo de Referência, sempre pautando-se na legislação vigente.

21. DOS ANEXOS

18.1. Fazem parte deste instrumento convocatório, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

ANEXO I - Termo de Referência ([72465742](#));

- ANEXO II** - SAMS ([71053799](#));
- ANEXO III** - Quadro Estimativo de Preços ([69488011](#));
- ANEXO IV** - Modelo de Minuta de Contrato ([68570402](#));
- ANEXO V** - Modelo Minuta da Ata de Registro de Preços ([0063487434](#));
- ANEXO VI** – Modelo do Ofício de Adesão à Ata de Registro de Preços ([0063487712](#));
- ANEXO VII** - Análise de Risco ([0066716172](#));
- ANEXO VIII** - Modelo da planilha de composição de custo por lote ([70455207](#))
- ANEXO IX** - Modelo de Declaração Complementar para ME/EPP/MEI ([68784046](#)).

Porto Velho-RO, 29 de maio de 2026.

IVANIR BARREIRA DE JESUS
Pregoeira - COGEN5/SUPEL RO
Portaria nº 290 de 04 de novembro de 2025

Elaborado por:
Yasmim Gabrieli Zaia da Costa
Membro da Comissão Genérica 5ª - SUPEL-COGEN5



Documento assinado eletronicamente por **Ivanir Barreira de Jesus, Pregoeiro(a)**, em 29/05/2026, às 09:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **72775543** e o código CRC **56A20482**.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Instituto Estadual de Educação em Saúde Pública de Rondônia - IESPRO
Compras e Contratos - IESPRO-COMP
TERMO DE REFERÊNCIA

1. IDENTIFICAÇÃO
- 1.1. Processo SEI: [0055.000039/2025-58](#)
- 1.2. Unidade Demandante: Instituto Estadual de Educação em Saúde Pública de Rondônia – IESPRO
- 1.3. Responsável pela Demanda: Cristiane Oliveira Secundo – Gerente Técnica
2. DA INTRODUÇÃO E BASE LEGAL
- 2.1. O presente Termo de Referência (TR) foi elaborado conforme a análise da viabilidade técnica e econômica da contratação, contendo os elementos necessários e suficientes para caracterizar o objeto de maneira clara, precisa e adequada, possibilitando a avaliação de custos e definição dos métodos e prazos de execução.
- 2.2. Fundamenta-se na Lei Federal nº 14.133/2021, no Decreto Estadual nº 28.874/2024 e demais normativos aplicáveis às contratações públicas.
- 2.3. Este Termo de Referência integra o Estudo Técnico Preliminar 9 ([70671639](#)) , bem como está alinhado ao **Plano Anual de Saúde (PAS/2025)** e **Anexo PCA-2026- SERVIÇOS ([71054776](#))**.
3. DA JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO
- 3.1. A contratação é indispensável para garantir suporte logístico e nutricional às ações de Educação Permanente em Saúde promovidas pelo IESPRO.
- 3.2. A alimentação adequada favorece a permanência, engajamento e rendimento dos participantes.
- 3.3. A contratação está alinhada à Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) e às diretrizes do planejamento institucional.
- 3.4. A contratação visa garantir suporte logístico às ações de Educação Permanente em Saúde, previstas no **Plano Anual de Saúde (PAS/2025)** e no **Plano Estadual de Saúde (2024–2027)**, assegurando condições adequadas de permanência, engajamento e desempenho dos participantes durante os eventos promovidos pelo IESPRO.
- 3.5. O fornecimento de refeições é essencial para viabilizar atividades de formação continuada, cursos intensivos, treinamentos e oficinas realizados em diversos municípios do Estado.
- 3.6. Do Interesse Público na Despesa
- 3.6.1. A contratação é necessária para garantir infraestrutura adequada nas atividades formativas promovidas pelo IESPRO, proporcionando melhores condições de permanência e aprendizado aos participantes. A alimentação ofertada visa promover bem-estar, engajamento e assegurar o cumprimento da carga horária programada para os eventos.
- 3.6.2. O fornecimento de refeições está alinhado às diretrizes da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) e ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
4. DO OBJETO E OBJETIVO
- 4.1. Do Objeto
- 4.1.1. Registro de Preços para a contratação de empresa especializada no fornecimento de coffee break e refeições tipo almoço, para atender às ações de capacitação, eventos, oficinas e cursos promovidos pelo IESPRO, pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações constantes neste Termo de Referência.
- 4.2. Do Objetivo
- 4.2.1. Garantir suporte logístico e alimentar aos participantes das atividades formativas previstas no PAS/2025 e no Plano Estadual de Saúde (2024–2027), assegurando adequadas condições de permanência, participação e desempenho.
- 4.3. Das Especificações Técnicas/Quantidades do Objeto
- 4.3.1. A contratação compreenderá o fornecimento de coffee breaks e almoços para eventos realizados presencialmente em **Porto Velho, Ariquemes, Cacoal, Ji-Paraná, Rolim de Moura e Vilhena**, conforme demanda.
- 4.3.2. Por se tratar de serviço comum de fornecimento de refeições prontas, com padrões usuais de mercado, trata-se de objeto comum (art. 6º, XIII, da Lei 14.133/21).
5. QUANTITATIVOS
- 5.1. A demanda total está prevista Documento de Oficialização de Demanda 5 ([0058537470](#)), Retificação Retificação DOD nº 5 ([70638000](#))e Estudo Técnico Preliminar 9 ([70671639](#)), contendo memória de cálculo detalhada:

I - 7. 502 coffee breaks

II - 616 almoços

III - Os objetos da pretendida aquisição deverão estar em conformidade com as especificações e quantidades, conforme abaixo:

LOTE 1: Prestação de serviços de fornecimento de coffee break e refeições no Município de Porto Velho			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
01	Coffe-Break Bebida: 3 tipos de sucos naturais (bebidas devem esta geladas no ato de servir); Café com leite ou chás; Chocolate (quentes no ato de servir); Bolos: 2 bolos; Frutas: 04 tipos de frutas (picadas como salada de fruta) Lanches: 02 tipos de sanduíches naturais; torrada com azeite e ervas: cuscuz salgado com carne seca; Salgados: Canudinhos com recheio cremoso de frango; Mingau: Iogurte Natural com granola. Material de apoio: descartáveis em geral: pratos, copos, talheres e guardanapos.	Unidade	4.697
02	Almoço: Refeição tipo self service (à vontade), devendo no mínimo conter: 2 a 3 tipos de saladas variadas sendo uma opção cozida; 02 tipos de arroz; 02 guarnições; 02 tipos de carne de primeira (sendo uma carne vermelha e outra carne branca; Feijão; Sobremesas variadas (com pelo menos uma opção de fruta e uma opção doce); Bebida: não alcoólica por pessoa (suco natural, refrigerante ou água mineral). Material de apoio: Copos (vidros), pratos (em cerâmicas), talheres de boa qualidade e guardanapos e colheres descartáveis (para sobremesas e frutas), para todos os municípios que requerem este fornecimento.	Unidade	348

LOTE 2: Prestação de serviços de fornecimento de coffee break no Município de Ariquemes			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
01	Coffe-Break Bebida: 3 tipos de sucos naturais (bebidas devem esta geladas no ato de servir); Café com leite ou chás; Chocolate (quentes no ato de servir); Bolos: 2 bolos; Frutas: 04 tipos de frutas (picadas como salada de fruta) Lanches: 02 tipos de sanduíches naturais; torrada com azeite e ervas: cuscuz salgado com carne seca; Salgados: Canudinhos com recheio cremoso de frango; Mingau: Iogurte Natural com granola. Material de apoio: descartáveis em geral: pratos, copos, talheres e guardanapos.	Unidade	375

LOTE 3: Prestação de serviços de fornecimento de coffee break no Município de Rolim de Moura			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
01	Coffe-Break Bebida: 3 tipos de sucos naturais (bebidas devem esta geladas no ato de servir); Café com leite ou chás; Chocolate (quentes no ato de servir); Bolos: 2 bolos; Frutas: 04 tipos de frutas (picadas como salada de fruta) Lanches: 02 tipos de sanduíches naturais; torrada com azeite e ervas: cuscuz salgado com carne seca; Salgados: Canudinhos com recheio cremoso de frango; Mingau: Iogurte Natural com granola. Material de apoio: descartáveis em geral: pratos, copos, talheres e guardanapos.	Unidade	315

LOTE 4: Prestação de serviços de fornecimento de coffee break no Município de Vilhena			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
01	Coffe-Break Bebida: 3 tipos de sucos naturais (bebidas devem esta geladas no ato de servir); Café com leite ou chás; Chocolate (quentes no ato de servir); Bolos: 2 bolos; Frutas: 04 tipos de frutas (picadas como salada de fruta) Lanches: 02 tipos de sanduíches naturais; torrada com azeite e ervas: cuscuz salgado com carne seca; Salgados: Canudinhos com recheio cremoso de frango; Mingau: Iogurte Natural com granola. Material de apoio: descartáveis em geral: pratos, copos, talheres e guardanapos.	Unidade	285

LOTE 5: Prestação de serviços de fornecimento de coffee break e refeições no Município de Cacoal			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
01	Coffe-Break Bebida: 3 tipos de sucos naturais (bebidas devem esta geladas no ato de servir); Café com leite ou chás; Chocolate (quentes no ato de servir); Bolos: 2 bolos; Frutas: 04 tipos de frutas (picadas como salada de fruta) Lanches: 02 tipos de sanduíches naturais; torrada com azeite e ervas: cuscuz salgado com carne seca; Salgados: Canudinhos com recheio cremoso de frango; Mingau: Iogurte Natural com granola. Material de apoio: descartáveis em geral: pratos, copos, talheres e guardanapos.	Unidade	1455
02	Almoço: Refeição tipo self service (à vontade), devendo no mínimo conter: 2 a 3 tipos de saladas variadas sendo uma opção cozida; 02 tipos de arroz; 02 guarnições; 02 tipos de carne de primeira (sendo uma carne vermelha e outra carne branca; Feijão; Sobremesas variadas (com pelo menos uma opção de fruta e uma opção doce); Bebida: não alcoólica por pessoa (suco natural, refrigerante ou água mineral). Material de apoio: Copos (vidros), pratos (em cerâmicas), talheres de boa qualidade e guardanapos e colheres descartáveis (para sobremesas e frutas), para todos os municípios que requerem este fornecimento.	Unidade	268

LOTE 6: Prestação de serviços de fornecimento de coffee break refeições no Município de Ji Paraná			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
01	Coffe-Break Bebida: 3 tipos de sucos naturais (bebidas devem esta geladas no ato de servir); Café com leite ou chás; Chocolate (quentes no ato de servir); Bolos: 2 bolos; Frutas: 04 tipos de frutas (picadas como salada de fruta) Lanches: 02 tipos de sanduíches naturais; torrada com azeite e ervas: cuscuz salgado com carne seca; Salgados: Canudinhos com recheio cremoso de frango; Mingau: Iogurte Natural com granola. Material de apoio: descartáveis em geral: pratos, copos, talheres e guardanapos.	Unidade	375

6. ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS
- 6.1. Coffee Break
- 6.2. Composição mínima:

a) Bebida: 3 tipos de sucos naturais (bebidas devem esta geladas no ato de servir); Café com leite ou chás; Chocolate (quentes no ato de servir);

b) Bolos: 2 bolos;

c) Frutas: 04 tipos de frutas (picadas como salada de fruta)

d) Lanches: 02 tipos de sanduíches naturais;

- e) torrada com azeite e ervas: cuscuz salgado com carne seca;

f) Salgados: Canudinhos com recheio cremoso de frango;

g) Mingau: logurte Natural com granola.

h) Material de apoio: descartáveis em geral: pratos, copos, talheres e guardanapos.

6.3. Almoço

6.4. Self service (à vontade), contendo no mínimo:

a) Refeição tipo self service (à vontade), devendo no mínimo conter:

b) 2 a 3 tipos de saladas variadas sendo uma opção cozida;

c) 02 tipos de arroz;

d) Saladas variadas;

e) 02 guarnições;

f) 02 tipos de carne de primeira (sendo uma carne vermelha e outra carne branca;

g) Feijão; Sobremesas variadas (com pelo menos uma opção de fruta e uma opção doce);

h) Bebida: não alcoólica por pessoa (suco natural, refrigerante ou água mineral todas geladas no ato de servir).

i) Material de apoio: Copos (vidros), pratos (em cerâmicas), talheres de boa qualidade e guardanapos e colheres descartáveis (para sobremesas e frutas), para todos os municípios que requerem este fornecimento.

7. MEMÓRIA DE CÁLCULO

7.1. A tabela de cálculos está anexada a este TR, compondo o Documento de Oficialização de Demanda 5 (0058537470) e Retificação Retificação DOD nº 5 (70638000).

7.2. A memória de cálculo utilizada para estimar os quantitativos encontra-se consolidada no Estudo Técnico Preliminar 9 (70671639), que prevê o atendimento de até 25.000 participantes

8. ATENDIMENTO AO PRINCÍPIO DA SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES

8.1. Declara-se que a presente contratação observa integralmente o princípio da segregação de funções, estando as atribuições de planejamento, instrução, julgamento, fiscalização e gestão contratual distribuídas entre agentes públicos distintos, conforme dispõe o art. 7º, §1º, da Lei nº 14.133/2021 e o art. 3º, §4º, do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

9. JUSTIFICATIVA PARA A EXCLUSÃO DA PARTICIPAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS NA LICITAÇÃO

9.1. Art. 34,XIV, do Decreto nº 28.874/2024:

9.2. Justifica-se a vedação à participação de pessoas físicas na presente contratação em razão da complexidade logística, da necessidade de estrutura operacional compatível, do cumprimento de normas sanitárias, fiscais e trabalhistas, bem como da exigência de regularidade jurídica e técnica contínua, condições que demandam organização empresarial formalmente constituída.

10. PREVER PREÇOS DIFERENTES

10.1. Poderão ser admitidos preços distintos por item, localidade ou tipo de serviço, desde que expressamente previstos na proposta e compatíveis com os valores máximos estimados, nos termos do art. 84, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

11. REGISTRO DE MAIS DE UM FORNECEDOR

11.1. O Sistema de Registro de Preços poderá resultar no registro de mais de um fornecedor, observada a ordem de classificação e a vantajosidade, conforme art. 82, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021 e art. 131 do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

12. DO CRONOGRAMA

12.1. Referência normativa: Art. 82 da Lei nº 14.133/2021; Art. 12 da IN SEGES/ME nº 73/2022.

12.2. O atendimento será eventual, conforme demanda, mediante Ordem de Serviço (OS) emitida com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis. A contratada deverá confirmar o recebimento da OS.

12.3. A montagem do serviço deverá ocorrer com 30 (trinta) minutos de antecedência do horário previsto.

12.3.1. Cronograma de Atos e Execução

Descrição	Data Máxima	Observações
Data máxima para a prática de atos preparatórios e antecipatórios à assinatura do contrato	04 de maio de 2026	Inclui análise documental, manifestação da Assessoria Jurídica e controle interno.
Data máxima para emissão da Ordem de Serviço ou equivalente	06 de maio de 2026	O instrumento formal de autorização para início das atividades.
Data máxima para o início da prestação dos serviços contratados	a partir de 10 de maio de 2026	Com início efetivo dos eventos previamente programados nas cidades indicadas.

12.4. EXECUÇÃO PREVISTA

12.5. O atendimento será eventual e conforme demanda, a partir da formalização da Ordem de Serviço, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis, em observância às disposições do Termo de Referência e da legislação aplicável.

12.6. CIDADES ABRANGIDAS

12.7. Os serviços serão prestados de forma presencial nos seguintes municípios: Porto Velho, Cacoal, Ji-Paraná, Vilhena, Ariquemes, Rolim de Moura.

12.8. Este cronograma será atualizado oportunamente, à medida que as datas forem confirmadas, conforme a definição final do calendário do PAS 2025, respeitando o prazo mínimo para convocação da contratada, nos termos do art. 12 da IN SEGES/ME nº 73/2022.

12.9. Das Garantia do Serviço/Materiais (ou validade quando houver)

12.9.1. Os serviços deverão ser prestados conforme o cronograma dos eventos do IESPRO, com controle de qualidade, pontualidade na entrega e atendimento às normas sanitárias. A contratada responderá por qualquer irregularidade que comprometa a execução.

12.10. A IESPRO expedirá a Ordem de Serviço, encaminhando à empresa, com antecedência mínima de até 10 (dez) dias da data de realização do evento.

12.11. Na Ordem de Serviço constarão dados sobre o evento, a unidade solicitante, o(s) horário (s) para fornecimento, a quantidade de pessoas e os itens (com especificação) que comporão os respectivos serviços, bem como o local de entrega.

12.12. A empresa deverá, obrigatoriamente, confirmar o recebimento da Ordem de Serviço.

12.13. A organização dos alimentos e bebidas no local do evento deverá ser providenciada pela Contratada com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário previsto na Ordem de Serviço.

12.14. As bebidas deverão estar na temperatura adequada ao consumo no horário de lanche, sendo que a Contratada deverá acondiciona-las corretamente.

12.15. Os alimentos e bebidas deverão ser servidos em quantidade suficiente para atender ao número de pessoas indicado na Ordem de Serviço.

12.16. Eventualmente, o serviço deverá ser prestado fora do horário comercial.

12.17. Os produtos deverão ser entregues bem acondicionados em embalagens térmicas e higiênicas que proporcionem sua perfeita conservação até o momento de serem consumidos.

12.18. Quando do fornecimento de café ou chá, a contratada deverá oferecer garrafas térmicas limpas, de boa apresentação e qualidade, com etiquetas/tags sobre o conteúdo.

12.19. A empresa deverá atender as solicitações em qualquer dia da semana, inclusive feriados e nos horários de chegada dos participantes entre 12:00 e 15:00 horas para almoço, conforme Nota de Empenho e Ordem de Serviço.

12.20. Portanto, as refeições a serem servidas por evento dependerão das peculiaridades de cada evento da seguinte forma:

12.21. a) Os participantes que se deslocam de seus municípios para o município que sediará o evento e chegam entre 12:00 15:00 horas terão direito ao serviço de almoço mediante rigoroso controle dos órgãos requisitantes.

12.22. As refeições self service, deverão ser servidas tipo buffet expostas em recipientes aquecidos em temperatura ideal para o consumo e serão servidas à vontade sem restrições.

12.23. Os coffees breaks deverão ser servidos tipo Buffet, expostos em mesa apropriada devidamente forrada com toalha e em recipientes adequados, dispondo todo o material necessários como: guardanapos, copos, talheres, pratos e outros que se fizerem necessários.

12.24. A água mineral, o café e o chá deverão ser servidos durante todo o período de realização dos eventos, à vontade, sem restrições aos participantes do evento.

12.25. A empresa detentora deverá dispor de todo material necessário para servir a água mineral e café, como: bebedouros adequados (quando houver necessidades), copos descartáveis para água, bandejas, garrafas térmicas para o café e copos descartáveis para o café, bem como dispor um bebedouro proporcionalmente a cada 50 pessoas.

12.26. A empresa deve possuir toda a infraestrutura necessária, suficiente e condizente utilizando-se de materiais e pessoal capacitado e especializado

13. JUSTIFICATIVA PARA ADOÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. A adoção do Registro de Preços é necessária devido à:

13.1.1. natureza eventual e variável da demanda, condicionada ao calendário do PAS;

13.1.2. realização de eventos em múltiplos municípios;

13.1.3. necessidade de agilidade e padronização da execução.

13.1.4. A contratação por meio de Sistema de Registro de Preço visa assegurar economicidade, celeridade e padronização do fornecimento, de modo a atender a demanda institucional de forma mais eficiente e conforme previsto no art. 82, §1º da Lei nº 14.133/2021.

14. CARACTERÍSTICAS DO OBJETO (DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO – CICLO DE VIDA)

14.1. A solução contratada compreende todo o ciclo de vida do serviço:

14.1.1. Recebimento da Ordem de Serviço com antecedência mínima de 10 dias;

14.1.2. Planejamento logístico de insumos, equipe e transporte;

14.1.3. Preparo dos alimentos conforme cardápio padronizado;

14.1.4. Transporte e acondicionamento térmico adequado;

14.1.5. Montagem do serviço no local do evento com 30 minutos de antecedência;

14.1.6. Disponibilização contínua dos alimentos durante o período;

14.1.7. Recolhimento de resíduos, limpeza e desmontagem;

14.1.8. Garantia de substituição imediata de itens inadequados;

14.1.9. Cumprimento de normas sanitárias e boas práticas de manipulação;

14.1.10. Atendimento à fiscalização contratual.

15. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

15.1. O valor estimado da contratação foi apurado com base em pesquisa de preços realizada nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.

15.2. O valor global estimado da contratação é de R\$ 304.041,00 (trezentos e quatro mil quarenta e um reais), conforme detalhamento constante no Mapa de Formação de Preços.

- 15.3. O valor global m por lote abaixo;

a) **Lote 1:** R\$ 195.910,77

b) **Lote 2:** R\$ 15.585,00
- c)
- Lote 3:**
- R\$ 5.818,05

15.4. Os valores unitários e por lote encontram-se discriminados no quadro estimativo anexo, o qual integra este Termo de Referência para todos os fins.

15.5. A estimativa considerou parâmetros de mercado, contratações similares e/ou painéis de preços públicos, assegurando a vantajosidade da contratação.

LOTE 1: Prestação de serviços de fornecimento de coffee break e refeições no Município de Porto Velho					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR MÁXIMO	VALOR TOTAL DO ITEM
01	Coffe-Break Bebida: 3 tipos de sucos naturais (bebidas devem esta geladas no ato de servir); Café com leite ou chás; Chocolate (quentes no ato de servir); Bolos: 2 bolos; Frutas: 04 tipos de frutas (picadas como salada de fruta) Lanches: 02 tipos de sanduíches naturais; torrada com azeite e ervas: cuscuz salgado com carne seca; Salgados: Canudinhos com recheio cremoso de frango; Mingau: logurte Natural com granola. Material de apoio: descartáveis em geral: pratos, copos, talheres e guardanapos.	Unidade	4.697	39,33	184.733,01
02	Almoço: Refeição tipo self service (à vontade), devendo no mínimo conter: 2 a 3 tipos de saladas variadas sendo uma opção cozida; 02 tipos de arroz; 02 guarnições; 02 tipos de carne de primeira (sendo uma carne vermelha e outra carne branca; Feijão; Sobremesas variadas (com pelo menos uma opção de fruta e uma opção doce); Bebida: não alcoólica por pessoa (suco natural, refrigerante ou água mineral). Material de apoio: Copos (vidros), pratos (em cerâmicas), talheres de boa qualidade e guardanapos e colheres descartáveis (para sobremesas e frutas), para todos os municípios que requerem este fornecimento.	Unidade	348	32,12	11.177,76
Valor máximo total do LOTE ---					195.910,77

LOTE 2: Prestação de serviços de fornecimento de coffee break no Município de Ariquemes					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR MÁXIMO	VALOR TOTAL DO ITEM
1	Coffe-Break Bebida: 3 tipos de sucos naturais (bebidas devem esta geladas no ato de servir); Café com leite ou chás; Chocolate (quentes no ato de servir); Bolos: 2 bolos; Frutas: 04 tipos de frutas (picadas como salada de fruta) Lanches: 02 tipos de sanduíches naturais; torrada com azeite e ervas: cuscuz salgado com carne seca; Salgados: Canudinhos com recheio cremoso de frango; Mingau: logurte Natural com granola. Material de apoio: descartáveis em geral: pratos, copos, talheres e guardanapos.	Unidade	375	41,56	15.585,00
Valor máximo total do LOTE ---					15.585,00

LOTE 3: Prestação de serviços de fornecimento de coffee break no minicípio de Rolim de Moura					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR MÁXIMO	VALOR TOTAL DO ITEM
1	Coffe-Break Bebida: 3 tipos de sucos naturais (bebidas devem esta geladas no ato de servir); Café com leite ou chás; Chocolate (quentes no ato de servir); Bolos: 2 bolos; Frutas: 04 tipos de frutas (picadas como salada de fruta) Lanches: 02 tipos de sanduíches naturais; torrada com azeite e ervas: cuscuz salgado com carne seca; Salgados: Canudinhos com recheio cremoso de frango; Mingau: logurte Natural com granola. Material de apoio: descartáveis em geral: pratos, copos, talheres e guardanapos.	Unidade	315	18,47	5.818,05
Valor máximo total do LOTE ---					5.818,05

LOTE 4: Prestação de serviços de fornecimento de coffee break no Município de Vilhena					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR MÁXIMO	VALOR TOTAL DO ITEM
01	Coffe-Break Bebida: 3 tipos de sucos naturais (bebidas devem esta geladas no ato de servir); Café com leite ou chás; Chocolate (quentes no ato de servir); Bolos: 2 bolos; Frutas: 04 tipos de frutas (picadas como salada de fruta) Lanches: 02 tipos de sanduíches naturais; torrada com azeite e ervas: cuscuz salgado com carne seca; Salgados: Canudinhos com recheio cremoso de frango; Mingau: logurte Natural com granola. Material de apoio: descartáveis em geral: pratos, copos, talheres e guardanapos.	Unidade	285	37,17	10.593,45
Valor máximo total do LOTE ---					10.593,45

LOTE 5: Prestação de serviços de fornecimento de coffee break e refeições no Município de Cacoal					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR MÁXIMO	VALOR TOTAL ITEM
01	Coffe-Break Bebida: 3 tipos de sucos naturais (bebidas devem esta geladas no ato de servir); Café com leite ou chás; Chocolate (quentes no ato de servir); Bolos: 2 bolos; Frutas: 04 tipos de frutas (picadas como salada de fruta) Lanches: 02 tipos de sanduíches naturais; torrada com azeite e ervas: cuscuz salgado com carne seca; Salgados: Canudinhos com recheio cremoso de frango; Mingau: logurte Natural com granola. Material de apoio: descartáveis em geral: pratos, copos, talheres e guardanapos.	Unidade	1455	36,12	52.554,60
02	Almoço: Refeição tipo self service (à vontade), devendo no mínimo conter: 2 a 3 tipos de saladas variadas sendo uma opção cozida; 02 tipos de arroz; 02 guarnições; 02 tipos de carne de primeira (sendo uma carne vermelha e outra carne branca; Feijão; Sobremesas variadas (com pelo menos uma opção de fruta e uma opção doce); Bebida: não alcoólica por pessoa (suco natural, refrigerante ou água mineral). Material de apoio: Copos (vidros), pratos (em cerâmicas), talheres de boa qualidade e guardanapos e colheres descartáveis (para sobremesas e frutas), para todos os municípios que requerem este fornecimento.	Unidade	268	35,16	9.422,88
Valor máximo total do LOTE ---					61.977,48

LOTE 6: Prestação de serviços de fornecimento de coffee break no Município de Ji Paraná					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR MÁXIMO	VALOR TOTAL ITEM
01	Coffe-Break Bebida: 3 tipos de sucos naturais (bebidas devem esta geladas no ato de servir); Café com leite ou chás; Chocolate (quentes no ato de servir); Bolos: 2 bolos; Frutas: 04 tipos de frutas (picadas como salada de fruta) Lanches: 02 tipos de sanduíches naturais; torrada com azeite e ervas: cuscuz salgado com carne seca; Salgados: Canudinhos com recheio cremoso de frango; Mingau: logurte Natural com granola. Material de apoio: descartáveis em geral: pratos, copos, talheres e guardanapos.	Unidade	375	37,75	14.156,25
Valor máximo total do LOTE ---					14.156,25

16. **QUANTIDADE MÍNIMA A SER COTADA DE SERVIÇOS**
- 16.1. Os licitantes deverão cotar, obrigatoriamente, os quantitativos mínimos definidos neste Termo de Referência, observadas as respectivas **unidades de medida**, sob pena de desclassificação, conforme art. 84, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.
17. **VEDAÇÃO DA INTERVENÇÃO INDEVIDA DA ADMINISTRAÇÃO NA GESTÃO INTERNA DO CONTRATADO**
- 17.1. É vedada à Administração qualquer intervenção indevida na gestão interna da contratada, restringindo-se a atuação administrativa à fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais, nos termos do art. 48, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021.
18. **VEDAÇÃO À CONTRATAÇÃO DE PARENTES**
- 18.1. É vedada a contratação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão contratante ou de agente público que atue no processo licitatório ou na gestão e fiscalização do contrato, conforme art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.
19. **JUSTIFICATIVA DE NÃO PARCELAMENTO**
- 19.1. Embora tenha sido promovido o parcelamento regional por municípios/lotes, concluiu-se pela inviabilidade de parcelamento adicional dos itens internos de cada lote, diante da interdependência logística e operacional da execução.
- 19.2. Após análise técnica, conclui-se pela inviabilidade do parcelamento, em razão de:

I - Interdependência operacional entre preparo, logística e montagem;

II - Necessidade de padrão único para cardápio e qualidade;

III - Maior risco de descontinuidade e falhas quando há múltiplos fornecedores;

IV - Comprometimento do cronograma e logística dos eventos;

V - Prejuízo à economicidade e à eficiência administrativa.

VI - comparação de oferta de fornecedores por região

- VII -

inviabilidade operacional de múltiplos fornecedores diferentes para eventos simultâneos.
- VIII -

risco de descontinuidade logística caso parcelado
- 19.3.

Nos termos do art. 40, inciso VIII, da **Lei nº 14.133/2021**, a Administração Pública deve avaliar a possibilidade de **parcelamento do objeto da contratação**, com o objetivo de ampliar a competitividade e possibilitar a participação de um maior número de fornecedores. No entanto, a própria legislação admite exceção quando **o parcelamento se mostrar técnica ou economicamente inviável**.
- 19.4.

No presente caso, a contratação refere-se à **prestação de serviços de fornecimento de refeições (coffee-break completo e almoço tipo self-service)** para apoio a eventos e capacitações institucionais promovidos pelo IESPRO, em diferentes localidades do Estado. Trata-se de **um conjunto de serviços logísticos e operacionais interdependentes**, cuja execução exige:
- 19.4.1.

Fornecimento coordenado e padronizado em horários definidos;
- 19.4.2.

Atendimento simultâneo a todos os participantes de forma padronizada e contínua;
- 19.4.3.

Responsabilidade única por eventuais falhas sanitárias, logísticas e contratuais;
- 19.4.4.

Sincronia entre a entrega dos itens, montagem, atendimento e desmontagem.
20.

EXIGÊNCIAS SANITÁRIAS
- 20.0.1.

A contratada deverá apresentar obrigatoriamente:
- 20.0.2.

Alvará Sanitário vigente;
- 20.1.

Responsável Técnico registrado
- 20.2.

Comprovação de atendimento às normas da **ANVISA**:
- a) RDC 216/2004 – Boas Práticas;
- b) RDC 275/2002 – Lista de Verificação;
- c) RDC 49/2013 – Utensílios e transporte de alimento.
21.

EXECUÇÃO DO SERVIÇO
- 21.1.

A Ordem de Serviço será emitida com antecedência mínima de 10 (dez) dias da realização do evento.
- 21.2.

Atendimento inclusive em finais de semana e feriados
- 21.3.

Montagem com 30 minutos de antecedência
- 21.4.

Reposição imediata de itens
- 21.5.

Garantia da temperatura adequada das bebidas
- 21.6.

Fornecimento de todos os insumos e descartáveis (com descartes adequadamente pela a lei da sustentabilidade)
- 21.7.

Atendimento em múltiplos municípios
22.

QUANTIDADE MÍNIMA POR ORDEM DE FORNECIMENTO
- 22.1.

Cada Ordem de Serviço deverá respeitar a quantidade mínima estabelecida neste Termo de Referência, conforme art. 121 do Decreto Estadual nº 28.874/2024.
23.

PESQUISA PARA CONTRATAÇÃO DE ITEM ISOLADO-ATENDE ART. 82, §2º DA LEI 14.133/21
- 23.1.

Caso seja necessária a contratação isolada de item constante da Ata por lote, o IESPRO realizará:
- I - Pesquisa prévia de mercado
- II - Demonstração de vantajosidade
- III - Justificativa formal nos autos
24.

FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL
- 24.1.

A fiscalização observará o art. 117 da Lei 14.133/21:
- I - Fiscal técnico
- II - Fiscal administrativo
- III - Gestor do contrato
- 24.2.

Todos formalmente designados e capacitados
25.

PRAZO DE DEFESA EM PROCESSOS SANCIONADORES-ATENDE ART. 158, §1º DA LEI 14.133/21
- 25.1.

Será assegurado **prazo de 15 dias úteis** para apresentação de defesa prévia.
26.

MAPA DE RISCOS DA CONTRATAÇÃO-ATENDE ART. 22, §3º DA LEI 14.133/21 E ART. 30 DO DECRETO 28.874/2024

Nº	Risco Identificado	Probabilidade	Impacto	Consequências	Medidas de Mitigação	Responsável
1	Atraso na entrega das refeições	Média	Alto	Prejuízo ao cronograma; insatisfação do público	Penalidades; cronograma; OS antecipada; fiscalização	Contratada / Fiscal Técnico
2	Alimentos fora do padrão de qualidade	Baixa	Alto	Risco sanitário; interrupção do evento	Alvará; responsável técnico; inspeção; amostragem	Contratada / Responsável Técnico
3	Quantidade insuficiente	Média	Médio	Atendimento inadequado; necessidade de compra emergencial	OS precisa; cláusula de reposição imediata	Demandante / Contratada
4	Inexecução parcial ou total	Baixa	Alto	Descontinuidade do serviço; substituição emergencial	Garantia; cláusulas resolutivas; fiscalização contínua	SUPEL / Fiscal
5	Variação de preços de mercado	Média	Médio	Pedido de reequilíbrio; risco à execução	Pesquisa robusta; regras claras de reequilíbrio	Gestor do Contrato
6	Descumprimento de normas sanitárias	Baixa	Alto	Danos à saúde; responsabilização legal	Alvará; RTP; conformidade ANVISA; inspeção	Contratada
7	Transporte inadequado	Média	Alto	Risco sanitário; perda de alimentos	Acondicionamento térmico; verificação de temperatura	Fiscal Técnico
8	Falha na comunicação logística	Média	Médio	Atrasos; inconsistências de entrega	OS antecipada; confirmação eletrônica	Demandante / Gestão do Contrato
9	Equipe da contratada não qualificada	Baixa	Médio	Atendimento inadequado; lentidão	Treinamento; substituição imediata	Contratada
10	Eventos imprevisíveis (chuvas, panes, bloqueios)	Baixa	Médio	Atrasos logísticos; interrupções	Plano B; rotas alternativas; veículo reserva	Contratada

27.

DO LOCAL/PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA/RECEBIMENTO
- 27.1.

Do Local e Forma de Entrega
- 27.1.1.

A entrega das refeições deverá ocorrer nos locais onde se realizarem os cursos e eventos promovidos pelo IESPRO, em municípios como Porto Velho, Cacoal, Ji-Paraná, Ariquemes, Vilhena e Rolim de Moura, conforme programação institucional. A contratada deverá se responsabilizar pelo transporte, montagem, distribuição e recolhimento dos materiais.
- 27.2.

Condições de Entrega:
- 27.3.

De acordo com a demanda do requisitante.
- 27.4.

Da Execução Dos Serviços:
- 27.5.

Os serviços, objeto desta licitação deverão ser executados nas dependências da CONTRATADA, ou nos locais indicados pela contratante para os casos onde houver a prestação de serviço de fornecimento de alimentação acima da sua capacidade de alocação, deverá arcar com os traslados que se fizerem necessário.
- 27.6.

O IESPRO expedirá a Ordem de Serviço, encaminhando à empresa, com antecedência mínima de até 10 (dez) dias da data de realização do evento.
- 27.7.

Do Prazo
- 27.7.1.

O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da sua assinatura.
- 27.8.

Das Condições de Recebimento de Bens de Consumo
- 27.8.1.

A contratada deverá dispor de estrutura e equipe técnica para atendimento em eventos institucionais em diversas regiões do Estado de Rondônia.
- 27.8.2.

Garantir qualidade nutricional, higienização e apresentação dos alimentos.
- 27.8.3.

Entregas deverão ocorrer conforme cronograma dos eventos e locais definidos pelo IESPRO.
- 27.9.

O Recebimento Provisório
- 27.9.1.

O recebimento provisório será efetuado por servidor designado pelo IESPRO, que atestará o cumprimento parcial do fornecimento para fins de pagamento, condicionando-se à conferência quantitativa e qualitativa dos serviços.
- 27.10.

O Recebimento Definitivo
- 27.10.1.

Após a verificação da conformidade dos serviços prestados e ausência de pendências, será emitido o termo de recebimento definitivo, encerrando-se a etapa de fiscalização da execução contratual.
28.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
- 28.1.

Unidade Orçamentária: IESPRO
- 28.2.

Programas: 1015 e 2109
- 28.3.

Ações: 2096, 4092, 4093
- 28.4.

Fontes de Recurso:
- 28.5.

Fonte Estadual: 1.500.0.01002
- 28.6.

Fonte Estadual de Superávit: 2.500.0.01002
- 28.7.

Natureza da Despesa: 339030
29.

DO PAGAMENTO
- 29.1.

O pagamento será realizado **no prazo de até 30 (trinta) dias**, através de ordem bancária creditada na conta corrente da Contratada, após a apresentação do documento fiscal correspondente e aceite definitivo, com a verificação de conformidade do material com as exigências contidas neste instrumento, da atestação da nota fiscal/fatura e não haja impeditivo imputável à Contratada.
- 29.2.

O pagamento será mensal, mediante apresentação de nota fiscal acompanhada das Ordens de Serviço executadas no período.
- 29.3.

A Contratada deverá encaminha as Notas Fiscais/Faturas via e-mail para o endereço eletrônico: ccc.iespro@gmail.com, a qual deverá conter o detalhamento dos bens/serviços fornecidos/executados e vir acompanhada obrigatoriamente dos seguintes documentos:
- 29.4.

Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- 29.5.

Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

- 29.6.

Certidão Negativa de Débitos com o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS);
- 29.7.

Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- 29.8.

Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda Estadual;
- 29.9.

Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda Municipal.
- 29.10.

Na ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

I=(TX/100)

365

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

29.11.

Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à empresa e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação de documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a IESPRO.

29.12.

Não será efetuado pagamento de parcela inadimplida à empresa Contratada enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, bem como relativa à sua regularidade fiscal.

29.13.

A Contratante pode deduzir do montante a pagar à Contratada, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela Contratada, nos termos deste instrumento.

29.14.

Caso a Contratada não tenha nenhum valor a receber da Contratante, o valor da multa aplicada deverá ser recolhido em favor da SUPEL através de Documento de Arrecadação das Receitas Estaduais (DARE AVULSO) que poderá ser gerado no Portal da IESPRO/RO, código da receita nº 8306 – Multas Diversas, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da notificação ou ainda, ser cobrado judicialmente.

29.15.

A Administração não pagará, sem que tenha autorização prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, seja ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas ao IESPRO.

29.16.

Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela licitante, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

30.

DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO E/OU TRANSFERÊNCIA

30.1.

Não será admitido a subcontratação, cessão ou transferência total, ressalvado os casos de subcontratação parcial do objeto, não eximindo a(s) contratada(s) da responsabilidade total dos serviços.

30.2.

Nos casos de subcontratação parcial, essas deverão ser previamente submetidas a(o) gestor(a) do contrato, que será o responsável por aprovar cada caso, incumbindo a contratada de justificar a necessidade de tal subcontratação e comprovar a regularidade fiscal e trabalhista da(s) subcontratada(s).

30.3.

Limitar apenas: transporte e apoio logístico.

30.4.

E vedar subcontratação do preparo/manipulação dos alimentos.

31.

DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO

31.1.

Fica vedada a participação de empresas em consórcio, considerando a baixa complexidade operacional do objeto, a ampla oferta de fornecedores no mercado regional e a inexistência de necessidade de conjugação de capacidades técnicas ou econômicas para execução contratual.

32.

DO TRATAMENTO DIFERENCIADO DADO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

32.1.

Nas licitações para a aquisição de bens de natureza divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo do objeto, a SUPEL deverá reservar até 25% (vinte e cinco por cento) por item ou lote para a contratação de pequenas empresas, consoante ao art. 4º, § 1º e § 2º Lei 14.133/2021. Aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. (art. 42, XII, art. 45, IV Decreto Estadual Nº 28.874/24).

33.

DO CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

33.1.

A Contratada deverá atender, no que couber, aos critérios de sustentabilidade ambiental previstos na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº01, de 19/01/2010;

33.2.

Destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e equipamentos que foram utilizados na prestação de serviços.

34.

DA HABILITAÇÃO

34.1.

Habilitação Jurídica

a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>;

c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

e) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, e se for o caso, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

34.2.

Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva.

a) Caso a empresa licitante não obtive acolhimento judicial do seu plano de recuperação judicial, a licitante será inabilitada, uma vez que não há demonstração de viabilidade econômica.

34.3.

Relativos à Qualificação Econômico-Financeira

a) Certidão Negativa de feitos sobre falência – Lei nº. 11.101/05, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, expedida nos últimos 90 (noventa) dias caso não conste o prazo de validade.

34.4.

Qualificação Técnico-profissional/operacional

34.5.

Conforme art. 67, da Lei 14.133/2021.

34.6.

A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

34.7.

VI - declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

34.8.

§ 5º Em se tratando de serviços contínuos, o edital poderá exigir certidão ou atestado que demonstre que o licitante tenha executado serviços similares ao objeto da licitação, em períodos sucessivos ou não, por um prazo mínimo, que não poderá ser superior a 3 (três) anos.

34.9.

Regularidade Fiscal e Social

34.10.

a) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta [nº 1.751, de 02/10/2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

b) Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Estadual, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

c) Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Municipal, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

d) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto. O licitante deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei.

e) Certidão de Regularidade do FGTS, relativa à Seguridade Social e ao FGTS admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento

f) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;"

34.16.

Regularização Trabalhista

34.17.

a) Certidão de Regularidade de Débito – CNDT, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

34.18.

Do Cumprimento do Disposto no Inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal

34.19.

Outras Declarações

34.20.

Art. 63. Na fase de habilitação das licitações serão observadas as seguintes disposições:

IV - será exigida do licitante **declaração** de que cumpre as exigências de **reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social**, previstas em lei e em outras normas específicas.

§ 1º Constará do edital de licitação cláusula que exija dos licitantes, **sob pena de desclassificação**, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos **para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal**, nas leis **trabalhistas**, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

35.

DAS OBRIGAÇÕES

35.1.

Da Contratante

35.2.

arantir que todas as estruturas montadas sejam segurasProvidenciar infraestrutura básica para a realização dos serviços, a exemplo de ponto para conexão de fonte de energia elétrica, indicação clara do local e a sua segurança;

35.3.

Realizar o acompanhamento, fiscalização e recebimento no tempo e forma previstos em lei;

35.4.

Realizar a divisão dos objetos da contratação de maneira adequada a possibilitar menor restrição de competidores e melhores propostas à Administração Pública;

35.5.

No contrato, ou demais documentos, detalhar todos os requisitos acima mencionados, incluindo prazos, responsabilidades, penalidades por descumprimento e cláusulas de rescisão.

35.6.

Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos.

35.7.

Receber os pedidos de prorrogação de prazo, desde que solicitados antes do vencimento do prazo de entrega do objeto, devidamente justificados e com documentações que comprovem as causas de tais pedidos.

35.8.

Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos materiais recebidos provisoriamente com as especificações constantes no termo de referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

35.9.

Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

35.10.

Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos.

35.11.

Aplicar as sanções cabíveis previstas na legislação, em casos de irregularidades constatadas na execução do objeto deste instrumento.

35.12.

A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

35.13.

Enviar as notas de empenho ou contrato, através de e-mail, conforme o caso, onde estará registrado o telefone utilizado, nome da empresa e o funcionário que efetuou o recebimento.

35.14.

Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela empresa vencedora.

35.15.

Notificar, por escrito, a empresa vencedora, acerca de quaisquer irregularidades encontradas na entrega dos materiais.

35.16.

Rejeitar os materiais, caso estejam em desacordo com as especificações mínimas definidas no Termo de Referência.

35.17.

O IESPRO, após a retirada da nota de empenho ou contrato, compromete-se a:

35.18.

proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitir o acesso dos funcionários da empresa vencedora às dependências do IESPRO demais localidades;

35.19.

promover os pagamentos dentro do prazo estipulado; e

35.20.

fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas às obrigações contratuais.

- 35.21.

Da Contratada/Fornecedor
- 35.22.

São obrigações da contratada, além daquelas exigidas em Lei 14.133/21:
- 35.23.

Cumprir fielmente as condições estabelecidas no(s) contrato(s);
- 35.24.

Executar os serviços contratados por profissionais especializados, objetivando a realização dos serviços de forma completa, sem que haja descontinuidade ou a necessidade da própria organização do evento realizar os serviços ora contratados para que não haja a paralisação do evento(s), oferecendo risco a contratação;
- 35.25.

Não dar causa a necessidade da realização de quaisquer contratações adicionais;
- 35.26.

Realizar inspeções regulares nas estruturas durante todo o evento para identificar e corrigir qualquer desgaste ou dano que possa comprometer a segurança;
- 35.27.

Entregar os produtos nos locais descritos no subitem 28, 28.1.1 deste Termo de Referência (endereços informados posteriormente), para o servidor nomeado para efetuar a conferência do serviço no ato do recebimento;
- 35.28.

Disponibilizar, a partir da assinatura do Contrato ou do recebimento da nota de Empenho, um canal de comunicação com O IESPRO (endereço, telefone, endereço de e-mail e nome do responsável para contato), a fim de colher as diretrizes e informações relativas à execução do objeto;
- 35.29.

Informar ao IESPRO qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos solicitados;
- 35.30.

Arcar com as **despesas com transporte, fretes, bem como, qualquer outra relacionada à entrega do produto**, que é de total responsabilidade da proponente;
- 35.31.

Providenciar para que os entregadores se apresentem devidamente uniformizados e identificados com o nome da empresa;
- 35.32.

Remover, substituir, após notificação formal, as mercadorias que estiverem em desacordo com as especificações deste instrumento ou que apresentarem vício de qualidade;
- 35.33.

Comunicar a Contratante, através de justificativa circunstanciada formal, a ocorrência de qualquer evento que venha causar atrasos ou impedimentos que impeçam mesmo temporariamente de cumprir seus deveres e responsabilidades relativos à execução do Instrumento Contratual, total ou parcialmente, justificando o atraso, o que, em hipótese alguma eximirá a Contratada das obrigações assumidas, salvo caso fortuito ou força maior, devidamente caracterizados;
- 35.34.

Responsabilizar-se, integralmente, por todos os tributos, taxas e contribuições (inclusive para fiscais), que direta ou indiretamente incidam ou vierem a incidir sobre a aquisição, inclusive com as despesas referentes a seguro e transporte, quando ocorrerem;
- 35.35.

Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao IESPRO ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização e o acompanhamento pela IESPRO;
- 35.36.

Arcar com as despesas de qualquer natureza, em todo caso de devolução ou extravio dos materiais;
- 35.37.

Comprovar, sempre que solicitado pela Contratante, o recolhimento de todos os tributos e encargos sociais incidentes sobre o contratado, sendo que sua inobservância implicará em autuação de procedimento administrativo, assegurando o contraditório, não feita a regularização, serão aplicadas as penalidades previstas no termo de referência;
- 35.38.

Manter as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação como condição para a execução do objeto, e, se for o caso, celebração do Instrumento Contratual;
- 35.39.

Não divulgar informações a terceiros ou realizar publicidade acerca do objeto, salvo expressa autorização do IESPRO;
- 35.40.

O produto ofertado deverá atender aos dispositivos da Lei nº. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislações pertinentes.
- 35.41.

Em caso de recusa do objeto, o mesmo, substituirá em até 24 (vinte e quatro) horas.
- 35.42.

A Contratante não se responsabilizará por quaisquer obrigações, responsabilidades, trabalhos ou serviços não previstos no termo de referência, e não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da empresa vencedora para terceiros, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros.
- 35.43.

Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, consoante ao (art. 92, XVI, da Lei 14.133/2021) (art. 42, XX, XXI, § 1º, VI, VII Decreto Estadual Nº 28.874/24).
- 35.44.

Aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento) (art. 125, da Lei 14.133/2021) (arts. 142, 143, 144 e 145, Decreto Estadual Nº 28.874/24).
- 35.45.

Apresentar a Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
- 35.46.

Comprovada mediante apresentação da declaração constante devidamente preenchida e assinada pelo representante da empresa licitante.
- 35.47.

Apresentar a Declaração de Fato Superveniente.
- 35.48.

Comprovada mediante apresentação da declaração constante devidamente preenchida e assinada pelo representante da empresa licitante.
- 35.49.

Apresentar a Declaração de ME/EPP.
- 35.50.

Apresentar a Declaração de Ciência do Edital.
- 35.51.

Apresentar a Declaração de Menor.
- 35.52.

Apresentar a Declaração Independente de Proposta.
- 35.53.

Apresentar a Declaração de Acessibilidade.
- 35.54.

Apresentar a Declaração de Cota de Aprendizagem.
- 35.55.

Apresentar a Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado.
36.

SANÇÕES
- 36.1.

Comete infração administrativa, nos termos do Art. 155 Lei nº 14.133/2021, o licitante/adjudicatário que:

I -

dar causa à inexecução parcial do contrato;

II -

dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III -

dar causa à inexecução total do contrato;

IV -

deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V -

não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI -

não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII -

ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII -

apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX -

fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X -

comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI -

praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII -

praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).
- 36.2.

Aos adjudicatários que descumprirem total ou parcialmente os contratos celebrados com a Administração Pública Estadual, serão aplicadas as sanções previstas no artigos 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, e demais cominações legais, com observância ao devido processo administrativo, respeitando-se o contraditório e a ampla defesa.

a) advertência;

b) multa;

c) impedimento de licitar e contratar;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar
- 36.3.

Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes

d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 36.4.

A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, penalidades específicas e proporcionais a gravidade dos eventuais descumprimentos contratuais, de acordo com o Acórdão 1453/2009 Plenário – TCU.
37.

DA VIGÊNCIA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
- 37.1.

O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 meses e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovada a vantajosidade do preço registrado, mediante pesquisa de mercado que leve em consideração os parâmetros fixados no art. 51 do Decreto Estadual nº 28.874/24.
- 37.2.

Os prazos de vigência dos eventuais contratos decorrentes do registro observarão os limites previstos no Capítulo V do Título III da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 37.3.

A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.
- 37.4.

O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto neste Termo e Edital, obrigando-se nos limites dela.
38.

DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS CASO
- 38.1.

Caberá à Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL, a condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata dele recorrente.
39.

DA UTILIZAÇÃO DA ATA E DO FORNECIMENTO ADICIONAL “CARONAS”
- 39.1.

Se não participarem do procedimento previsto no **caput** do artigo 86 da Lei 14.133/21, os órgãos e entidades poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

I -

apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

II -

demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do [art. 23 da Lei](#) 14.133/21;

III -

prévias consulta e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor.

IV -

faculdade de aderir à ata de registro de preços na condição de não participante poderá ser exercida: [\(Redação dada pela Lei nº 14.770, de 2023\)](#)

V -

por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora federal, estadual ou distrital; ou [\(Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023\)](#)

VI -

por órgãos e entidades da Administração Pública municipal, relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora municipal, desde que o sistema de registro de preços tenha sido formalizado mediante licitação. [\(Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023\)](#)
- 39.2.

As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere o § 2º do artigo 86 da Lei 14.133/21 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.
- 39.3.

O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o § 2º do artigo 86 da Lei 14.133/21 não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.
- 39.4.

A adesão à ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora do Poder Executivo federal por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o § 5º do artigo 86 da Lei 14.133/21 se destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do [art. 23 desta Lei](#) 14.133/21.
- 39.5.

Será vedada aos órgãos e entidades da Administração Pública federal a adesão à ata de registro de preços gerenciada por órgão ou entidade estadual, distrital ou municipal.

40. **DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 40.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações em conformidade com a Lei 14.133/2021 e do Decreto Estadual 28.874, DE 25 DE JANEIRO DE 2024, sendo dentre as hipóteses:
- 40.2. Os eventuais contratos decorrentes do registro de preços poderão ser alterados de acordo com as diretrizes da Lei Federal nº 14.133, de 2021, observando-se, quanto aos acréscimos e supressões, a aplicação do limite legal relativo ao contrato individualmente considerado, e não à ata de registro de preços.
- 40.3. O preço registrado poderá ser revisto em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que Decreto Nº 28.874, DE 25 DE JANEIRO DE 2024. (0044076551) SEI 0020.015355/2023-60 / pg. 50 inviabilizem a execução tal como pactuado, observada a instrução processual respectiva, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.
- 40.4. A alteração dos preços registrados não altera automaticamente os preços dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços, cuja revisão deverá ser feita pelo órgão contratante, observadas as disposições legais incidentes sobre os contratos.
- 40.5. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.
- 40.6. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a atualização do preço registrado, mediante requerimento devidamente instruído com a comprovação de fato superveniente que tenha ensejado a elevação dos preços que inviabilize o cumprimento das obrigações contidas na ata, desde que observados os seguintes requisitos:
- I - a possibilidade da atualização dos preços registrados seja aventada pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;
 - II - a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;
 - III - seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas.

- 40.7. Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.
- 40.8. Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista acima, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.
- 40.9. Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.
- 40.10. Como alternativa à atualização prevista no parágrafo anterior, o órgão gerenciador poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de qualquer penalidade.
- 40.11. Liberado o fornecedor na forma do parágrafo anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado.
- 40.12. Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.
- 40.13. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

41. **INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS - IRP**

- 41.1. Na fase preparatória do processo licitatório, para fins de registro de preços, realizar procedimento público de intenção de registro de preços para, nos termos de regulamento, possibilitar, pelo prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis, a participação de outros órgãos ou entidades na respectiva ata e determinar a estimativa total de quantidades da contratação.
- 41.2. O órgão participante será responsável pela manifestação de interesse em participar do registro de preços, providenciando o encaminhamento ao órgão gerenciador de sua respectiva requisição de objeto, adequada ao registro de preço do qual pretende fazer parte, devendo ainda:
- I - garantir que todos os atos inerentes ao procedimento para sua inclusão no registro de preços a ser realizado estejam devidamente formalizados e aprovados pela autoridade competente;
 - II - manifestar, junto ao órgão gerenciador, sua concordância com o objeto a ser licitado, antes da realização do procedimento licitatório;
 - III - tomar conhecimento da ata de registro de preços, inclusive as respectivas alterações porventura ocorridas, com o objetivo de assegurar, quando de seu uso, o correto cumprimento de suas disposições, logo após concluído o procedimento licitatório;
 - IV - promover consulta prévia junto ao órgão gerenciador, quando da necessidade de contratação, a fim de obter indicação do fornecedor, dos respectivos quantitativos e dos valores a serem praticados, encaminhando posteriormente as informações sobre a contratação efetivamente realizada;
 - V - assegurar-se, quando do uso da ata de registro de preços, que a contratação a ser procedida atenda aos seus interesses, sobretudo quanto a valores praticados, informando ao órgão gerenciador eventual desvantagem quanto a sua utilização;
 - VI - zelar, após receber a indicação do fornecedor, pelos demais atos relativos ao cumprimento, pelo mesmo, das obrigações contratualmente assumidas e também, em coordenação com o órgão gerenciador, pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais; e
 - VII - informar ao órgão gerenciador, quando de sua ocorrência, a recusa do fornecedor em atender as condições estabelecidas em edital, firmadas na ata de registro de preços, as divergências relativas à entrega, às características e à origem dos bens licitados e a recusa do mesmo em assinar contrato para fornecimento ou prestação de serviços.

42. **DO REAJUSTE**

- 42.1. Os eventuais contratos decorrentes do registro de preços poderão ser alterados de acordo com as diretrizes da Lei Federal nº 14.133, de 2021, observando-se, quanto aos acréscimos e supressões, a aplicação do limite legal relativo ao contrato individualmente considerado, e não à ata de registro de preços.
43. **DA MINUTA DO CONTRATO**
- 43.1. A minuta do contrato administrativo integra o presente Termo de Referência como anexo, nos termos do art. 18, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021, contendo todas as cláusulas necessárias à adequada execução do objeto.
44. **DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO**
- 44.1. A vigência do contrato será de 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma do art. 107, definida nos instrumentos convocatórios, observado o artigo 107 da Lei 14.113/2021.
- 44.2. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.
- 44.3. A exigência de Garantia Contratual observará o disposto no item 49 deste Termo de Referência, ficando a critério da Administração sua requisição no momento da assinatura do contrato ou de cada Ordem de Serviço.
- 44.4. O Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. Art. 104 da Lei nº 14.133/2021.
- 44.5. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.
- 44.6. § 7º Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento em consequência de rescisão contratual, observados os mesmos critérios estabelecidos nos §§ 2º e 4º deste artigo.
- 44.7. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 89 da Lei nº 14.133/2021.
- 44.8. O prazo para assinatura do contrato será de **até 05 (cinco) dias úteis** da comunicação ao fornecedor.

45. **DA VIGÊNCIA CONTRATUAL**

- 45.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, até o limite de 5 (cinco) anos contados da data de recebimento do objeto inicial, conforme disposto no art. 113 da Lei n. 14.133/2021.

46. **DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

- 46.1. Não obstante a contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços contratados e/ou entrega dos objetos, a Administração reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por prepostos designados, podendo para isso:
- 46.2. Fiscalizar e acompanhar a execução dos serviços, conforme **Portaria designativa, nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/21, haverá definição do Fiscal do Contrato, o qual se responsabilizará por anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano**, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, enfim adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais e comunicando ao Gestor, quando for o caso, solicitar a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, no caso de decisões ou providências que ultrapassem a sua competência, nos termos do Art. 117, parágrafos 1º e 2º; e proceder ao Recebimento Provisório do objeto do contrato, quando necessário, nos termos do inciso Art. 140. I, a) da Lei Federal nº 14.133/21.
- 46.3. Sem prejuízo do previsto no subitem anterior, e também de **acordo com designação por Portaria**, o Contrato contará com respectiva Comissão de Recebimento do Objeto de que trata o inciso do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/21, composta por no mínimo, três servidores de cada órgão do Estado, com capacidade para exercer o ateste final dos serviços relacionados à execução contratual, **sob pena de responsabilidade solidária junto aos órgãos fiscalizadores, a qual se responsabilizará pelo recebimento definitivo do objeto, mediante termo circunstanciado, assinado pela maioria de seus membros**, após a análise que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado ainda o disposto no art. 140, I, b) da mesma Lei, de modo a aferir o atendimento aos princípios da legalidade, finalidade, eficiência e economicidade.
- 46.4. Após o recebimento definitivo do objeto, será atestada a Nota Fiscal/Faturas ou que couber, para efeito de pagamento;
- 46.5. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança (da obra ou do serviço), nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.
- 46.6. Não obstante a Contratada seja única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços definidos neste termo de referência e demais documentos, a Contratante reserva-se o direito de exercer a mais ampla fiscalização sobre os serviços, por intermédio de representante especificamente designado, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, podendo:
- I - Sustar a execução de qualquer trabalho que esteja sendo feito em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se torne necessária;
 - II - Exigir a substituição de qualquer empregado ou preposto da contratada que, a seu critério, venha a prejudicar o bom andamento dos serviços;
 - III - Determinar a reexecução dos serviços realizados com falha, erro ou negligência, lavrando termo de ocorrência do evento;

- 46.7. Se a licitante vencedora deixar de entregar o serviço/objeto ou cumprir a exigências dentro do prazo estabelecido sem justificativa por escrito, com aceite da Administração, sujeitar-se-á às penalidades impostas neste Termo;

- 46.8. O Gestor do Contrato poderá, sempre que julgar necessário, solicitar à Contratada a apresentação de quaisquer documentos referentes aos serviços contratados.

- 46.9. A omissão total ou parcial do Gestor do Contrato não eximirá a Contratada de sua plena responsabilidade pela execução, supervisão e controle dos serviços/objeto, nas condições previstas no Termo de Referência.

47. **DO INSTRUMENTO CONTRATUAL**

- 47.1. O Sistema de Registro de Preço será formalizada por **contrato, ou instrumento equivalente**, conforme o disposto no art. 89 da Lei nº 14.133/2021, firmado entre a unidade aderente (IESPRO) e o fornecedor registrado. O instrumento conterá cláusulas referentes à vigência, execução, penalidades, garantias, reajuste, obrigações e demais disposições necessárias à boa execução do objeto.

48. **DA GARANTIA DO CONTRATO**

- 48.1. Conforme estabelecido no subitem 45.3 deste Termo de Referência, **não será exigida a prestação de garantia** para a presente contratação, tendo em vista que o objeto não apresenta complexidade técnica ou riscos financeiros que justifiquem tal ônus ao contratado, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

49. **DO REAJUSTE DO CONTRATO**

- 49.1. O reajuste de preços poderá ser aplicado conforme previsão contratual, com base na variação do índice setorial específico (ex.: IPCA/IBGE), observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data da apresentação da proposta ou do orçamento a que se referir. Para a aplicação do reajuste, será necessário requerimento formal da contratada, acompanhado da memória de cálculo e do índice de referência, conforme regulamento e disponibilidade orçamentária.

50. **DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

- 50.1. A fiscalização do cumprimento do contrato será exercida pela Gerência Técnica do IESPRO, ou por meio portaria designado pela autoridade competente:

- 50.2. **Cristiane Oliveira Secundo** – Matrícula: *****319

- 50.3. **Samantha de Freitas Campos** – Matrícula: *****893

51. **DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

- 51.1. Considerando a natureza do objeto e a possibilidade de parametrização dos preços com base em valores estimados unitários previamente definidos pela Administração, adotou-se o critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR LOTE**, incidente sobre os preços estimados constantes do Termo de Referência.

- 51.2. A escolha do critério demonstra-se vantajosa, pois:

- I -

possibilita maior competitividade entre os licitantes;
- II -

assegura economicidade, permitindo à Administração obter propostas mais vantajosas;
- III -

mantém controle sobre os preços máximos aceitáveis, evitando sobrepreço.
- 51.3.

Destaca-se que os valores estimados foram obtidos mediante pesquisa de preços regular, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e da IN SEGES nº 73/2022, garantindo base confiável para aplicação do desconto.
- 51.4.

A **validade da proposta** deverá de no mínimo 90 (noventa) dias, contados da data de abertura do certame.
- 51.5.

Modo de Disputa: Aberto conforme inciso I do art. 56 da Lei nº 14.133/2021, que consiste na apresentação das propostas, pelos licitantes, por meio de lances públicos e sucessivos, crescentes ou decrescentes, visto que se trata de um pregão cujo o critério de julgamento é **MENOR PREÇO POR LOTE** para os itens/lotes da licitação.
- 51.6.

No modo de disputa aberto, a fase de lances resume-se à disputa eletrônica, realizada por todos os licitantes, oportunidade em que os valores são registrados pelo sistema e o lance vencedor é aquele que contém o melhor preço em razão do desconto ofertado, obtido no encerramento dessa etapa de disputa.
- 51.7.

A opção da escolha consiste no fato de haver, o estímulo contínuo da disputa de preços no modo aberto, ou seja, os lances sucessivos e públicos, afasta todo risco de empresas amadoras (novas no mercado) lances sem valor fora do mercado numa etapa fechada (que é sigilosa). Os preços em disputa aberta ficam claros para melhor competição entre os participantes. Então, evitar riscos na contratação contribui para ter uma licitação que alcance mais prontamente os resultados pretendidos, além do que, não foi possível identificar que optar por modo disputa diferente do "modo aberto" venha a trazer vantagem para a Administração e nem mesmo aponta simplificação do processo ou celeridade no resultado da licitação.
- 51.8.

As proponentes poderão apresentar, juntamente com a proposta, folder/catálogo/prospecto, referente aos produtos, objetivando auxiliar e dar agilidade na análise das propostas.
- 51.9.

Não será admitida a oferta de proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto neste TR, conforme dispõe o art. 82, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, considerando que o fornecimento do objeto se dará de forma parcelada com entrega em diversas unidades escolares, sendo que tal permissão poderá incorrer no acréscimo do volume de contratos, por conseguinte, influenciando negativamente no gerenciamento.
- 51.10.

Considerando o critério de julgamento, qual seja, o de **MENOR PREÇO POR LOTE**, o percentual ofertado em cada grupo será único, os quais incidiram sobre os preços unitários estimados para cada item, que terão como fonte, além dos bancos de preços oficiais, os preços locais regionalizados.
52.

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS
- 52.1.

Para fins de comprovação da exequibilidade da proposta, a licitante deverá apresentar **Planilha de Composição de Custos e Formação de Preços**, contemplando, no mínimo:

I -

custos diretos relacionados ao fornecimento (gêneros alimentícios, insumos e materiais);

II -

custos indiretos;

III -

encargos tributários;

IV -

despesas operacionais;

V -

margem de lucro.
- 52.2.

A Planilha de Composição de Custos deverá observar o **modelo padronizado constante no Anexo Modelo de composição de custo (70455207)** deste **Termo de Referência**, sendo **vedada a apresentação em formato diverso**, salvo justificativa técnica devidamente aceita pela Administração.
- 52.2.1.

O modelo de planilha disponibilizado pela Administração tem por finalidade:

I -

assegurar o **julgamento objetivo das propostas**;

II -

permitir a **verificação da exequibilidade dos preços ofertados**;

III -

evitar **inconsistências formais que possam prejudicar a competitividade**.
- 52.3.

Considerando tratar-se de **serviço comum de fornecimento de refeições (coffee break e almoço)**, a planilha deverá ser estruturada de forma **simplificada e compatível com a prática de mercado**, podendo os custos ser apresentados por blocos, desde que assegurada a transparência na composição do preço final.
- 52.4.

A composição de custos deverá guardar correspondência com a unidade de medida adotada no objeto, qual seja, **“unidade por pessoa/serviço”**, a qual servirá de base para:
- 52.5.

formação de preços;
- 52.6.

emissão de ordens de serviço;
- 52.7.

medição e pagamento.
- 52.8.

Caberá à unidade requisitante proceder à análise técnica da planilha apresentada, verificando sua compatibilidade com as exigências do Termo de Referência e a viabilidade da proposta.
53.

SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS
- 53.1.

A Administração **não adotará o juízo arbitral** para a solução de controvérsias decorrentes desta contratação, permanecendo a competência do Poder Judiciário, nos termos do art. 11 da Lei Estadual nº 4.007/2017.
54.

DAS CONDIÇÕES GERAIS
- 54.1.

A contratada deverá executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência, cumprindo todas as normas técnicas, sanitárias e regulatórias pertinentes.
- 54.2.

O Sistema de Registro de Preço é para a contratação não obriga a Administração a contratar os quantitativos estimados, servindo a ata como um referencial para contratações conforme necessidade e conveniência.
- 54.3.

A contratada deve manter a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária durante toda a vigência contratual, sob pena de rescisão.
- 54.4.

O descumprimento de quaisquer cláusulas, bem como a prestação de serviço insatisfatória ou fora dos padrões de qualidade exigidos, poderá ensejar a aplicação de sanções administrativas, conforme previsto neste TR e na legislação vigente.
- 54.5.

Os casos omissos serão resolvidos pela Administração, observando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
55.

ANEXOS
- 55.1.

Documento de Oficialização de Demanda 5 ([0058537470](#))
- 55.2.

Retificação Retificação DOD nº 5 ([70638000](#))
- 55.3.

Estudo Técnico Preliminar 9 ([70671639](#))
- 55.4.

SAMS [71053799](#)
- 55.5.

Minuta de contrato ([68570402](#))
- 55.6.

Modelo de composição de custo ([70455207](#))

(Assinado eletronicamente)

DAIANE REIS BRAGA

Portaria nº 216/2025([0066764383](#))



(Assinado eletronicamente)

Erivan Arruda Rosendo

Gerente Administrativo/IESPRO



-Assinado eletronicamente-

MARCELA MILREA ARAÚJO BARROS

Diretora Geral | IESPRO



Documento assinado eletronicamente por **DAIANE REIS BRAGA, Chefe de Unidade**, em 20/05/2026, às 14:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Erivan Arruda Rosendo, Gerente**, em 20/05/2026, às 14:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARCELA MILREA ARAUJO BARROS, Diretor Geral**, em 20/05/2026, às 15:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **72465742** e o código CRC **4EB50E93**.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Instituto Estadual de Educação em Saúde Pública de Rondônia - IESPRO
Compras e Contratos - IESPRO-COMP
SAMS
SOLICITAÇÃO E AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS

Órgão Requisitante:	Instituto Estadual de Educação em Saúde Pública de Rondônia - IESPRO	Nº Processo Administrativo:	0055.000350/2025-05
Unidade Gestora:	170033	Fonte de Recurso:	1500.0.01.002
Projeto/Atividade:	17.012.10.122.1015.2087 17.012.10.122.1015.2096 17.012.10.122.2109.4092 17.012.10.122.2109.4093	Elemento Despesa:	33.90.30
Solicitação Inicial e Autorização:	Documento de Oficialização de Demanda 10 (0059174174) E Retificação Retificação DOD nº 5 (70638000)		
Local da Entrega:	Conforme item 1 (especificações) deste SAMS.		
Objeto:	Contratação de empresa especializada no fornecimento de coffee break completo e almoço tipo self-service em Porto Velho, Ariquemes, Rolim de Moura, Vilhena, Cacoal, e Ji paraná , conforme especificações constantes no Termo de Referência, para eventos institucionais organizados pelo IESPRO, no município de Porto Velho/RO, no período de 12 (doze) meses.		

1. ESPECIFICAÇÕES:

LOTE I: Organização do evento no Município de Porto Velho					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Coffe-Break Bebida: 3 tipos de sucos naturais (bebidas devem esta geladas no ato de servir); Café com leite ou chás; Chocolate (quentes no ato de servir); Bolos: 2 bolos; Frutas: 04 tipos de frutas (picadas como salada de fruta) Lanches: 02 tipos de sanduiches naturais; torrada com azeite e ervas: cuscuz salgado com carne seca; Salgados: Canudinhos com recheio cremoso de frango; Mingau: Iogurte Natural com granola. Material de apoio: descartáveis em geral: pratos, copos, talheres e guardanapos.	Unidade	4.697		
02	Almoço: Refeição tipo self service (à vontade), devendo no mínimo conter: 2 a 3 tipos de saladas variadas sendo uma opção cozida; 02 tipos de arroz; 02 guarnições; 02 tipos de carne de primeira (sendo uma carne vermelha e outra carne branca; Feijão; Sobremesas variadas (com pelo menos uma opção de fruta e uma opção doce); Bebida: não alcoólica por pessoa (suco natural, refrigerante ou água mineral). Material de apoio: Copos (vidros), pratos (em cerâmicas), talheres de boa qualidade e guardanapos e colheres descartáveis (para sobremesas e frutas), para todos os municípios que requerem este fornecimento.	Unidade	348		
			Valor total do Lote:		

LOTE II: Organização do evento no Município de Ariquemes					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
03	Coffe-Break Bebida: 3 tipos de sucos naturais (bebidas devem esta geladas no ato de servir); Café com leite ou chás; Chocolate (quentes no ato de servir); Bolos: 2 bolos; Frutas: 04 tipos de frutas (picadas como salada de fruta) Lanches: 02 tipos de sanduiches naturais; torrada com azeite e ervas: cuscuz salgado com carne seca; Salgados: Canudinhos com recheio cremoso de frango; Mingau: Iogurte Natural com granola. Material de apoio: descartáveis em geral: pratos, copos, talheres e guardanapos.	Unidade	375		
			Valor total do lote:		

LOTE III: Organização do evento no Município de Rolim de Moura					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
04	Coffe-Break Bebida: 3 tipos de sucos naturais (bebidas devem esta geladas no ato de servir); Café com leite ou chás; Chocolate (quentes no ato de servir); Bolos: 2 bolos; Frutas: 04 tipos de frutas (picadas como salada de fruta) Lanches: 02 tipos de sanduiches naturais; torrada com azeite e ervas: cuscuz salgado com carne seca; Salgados: Canudinhos com recheio cremoso de frango; Mingau: Iogurte Natural com granola. Material de apoio: descartáveis em geral: pratos, copos, talheres e guardanapos.	Unidade	315		
			Valor total do lote:		

LOTE IV: Organização do evento no Município de Vilhena					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
05	Coffe-Break Bebida: 3 tipos de sucos naturais (bebidas devem esta geladas no ato de servir); Café com leite ou chás; Chocolate (quentes no ato de servir); Bolos: 2 bolos; Frutas: 04 tipos de frutas (picadas como salada de fruta) Lanches: 02 tipos de sanduiches naturais; torrada com azeite e ervas: cuscuz salgado com carne seca; Salgados: Canudinhos com recheio cremoso de frango; Mingau: Iogurte Natural com granola. Material de apoio: descartáveis em geral: pratos, copos, talheres e guardanapos.	Unidade	285		
			Valor total do lote:		

LOTE V: Organização do evento no Município de Cacoal					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
06	Coffe-Break Bebida: 3 tipos de sucos naturais (bebidas devem esta geladas no ato de servir); Café com leite ou chás; Chocolate (quentes no ato de servir); Bolos: 2 bolos; Frutas: 04 tipos de frutas (picadas como salada de fruta) Lanches: 02 tipos de sanduiches naturais; torrada com azeite e ervas: cuscuz salgado com carne seca; Salgados: Canudinhos com recheio cremoso de frango; Mingau: Iogurte Natural com granola. Material de apoio: descartáveis em geral: pratos, copos, talheres e guardanapos.	Unidade	1455		
07	Almoço: Refeição tipo self service (à vontade), devendo no mínimo conter: 2 a 3 tipos de saladas variadas sendo uma opção cozida; 02 tipos de arroz; 02 guarnições; 02 tipos de carne de primeira (sendo uma carne vermelha e outra carne branca; Feijão; Sobremesas variadas (com pelo menos uma opção de fruta e uma opção doce); Bebida: não alcoólica por pessoa (suco natural, refrigerante ou água mineral). Material de apoio: Copos (vidros), pratos (em cerâmicas), talheres de boa qualidade e guardanapos e colheres descartáveis (para sobremesas e frutas), para todos os municípios que requerem este fornecimento.	Unidade	268		
			Valor total do lote:		

LOTE VI: Organização do evento no Município de Ji Paraná					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
08	Coffe-Break Bebida: 3 tipos de sucos naturais (bebidas devem esta geladas no ato de servir); Café com leite ou chás; Chocolate (quentes no ato de servir); Bolos: 2 bolos; Frutas: 04 tipos de frutas (picadas como salada de fruta) Lanches: 02 tipos de sanduiches naturais; torrada com azeite e ervas: cuscuz salgado com carne seca; Salgados: Canudinhos com recheio cremoso de frango; Mingau: Iogurte Natural com granola. Material de apoio: descartáveis em geral: pratos, copos, talheres e guardanapos.	Unidade	375		
			Valor total do lote:		

1.1. Locais de entrega, data, hora e quantidade de participantes: de acordo com cada ordem de serviço solicitada.

2. IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR:

Carimbo do CNPJ/CPF-ME:	Local:	Responsável pela Cotação da Empresa:	Uso Exclusivo da CETAS/RO:	Valor da Proposta:
	Data:	Fone:		
	Banco:	E-mail:		Validade Proposta:
	Agência:	Assinatura:		Prazo de Entrega:
	C/C:			De acordo com as demandas solicitada pela iespro, via ordem de serviço


(Assinado eletronicamente)
DAIANE REIS BRAGA
Portaria nº 216/2025(006764383)





(Assinado eletronicamente)
Erivan Arruda Rosendo
Gerente Administrativo/IESPRO

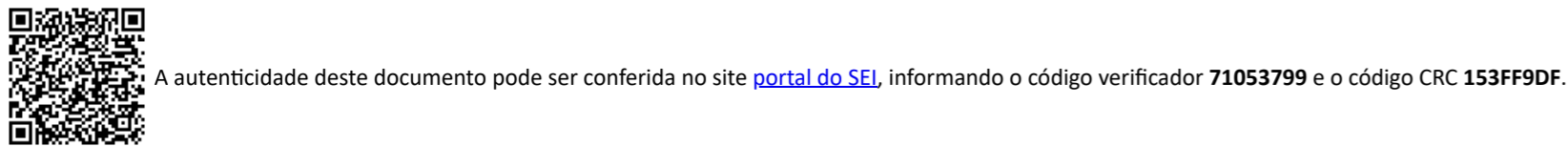


(Assinado eletronicamente)-
MARCELA MILREA ARAÚJO BARROS
Diretora Geral | IESPRO

 Documento assinado eletronicamente por **DAIANE REIS BRAGA, Chefe de Unidade**, em 09/04/2026, às 15:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).

 Documento assinado eletronicamente por **Erivan Arruda Rosendo, Gerente**, em 09/04/2026, às 15:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).

 Documento assinado eletronicamente por **MARCELA MILREA ARAUJO BARROS, Diretor Geral**, em 10/04/2026, às 10:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **71053799** e o código CRC **153FF9DF**.

Referência: Caso responda este(a) SAMS, indicar expressamente o Processo nº 0055.000039/2025-58

SEI nº 71053799

Criado por 80336205287, versão 5 por 80336205287 em 09/04/2026 15:24:24.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.(A)	QUANT. DEST. EXCLUSIVA ME/EP (B)	QUANT. DEST. AMPLA CONCORRÊNCIA (C) - [A+B]	EMP 1	EMP 2	EMP 3	EMP 4	EMP 5	EMP 6	EMP 7	PREÇO MÍNIMO (D)	PREÇO MÉDIO (E)	PREÇO MEDIANO (F)	DESVIO PADRÃO	COEFICIENTE DE VARIAÇÃO	PARÂMETRO UTILIZADO (MÍNIMO/MÉDIO)	SUBTOTAL EXCLUSIVO ME/EP (P) - [B X D]	SUBTOTAL AMPLA CONCORRÊNCIA (G) - [C X E]	SUBTOTAL_GERAL [F + G]
LOTE 1																					
1	Coffe-Break Bebida: 3 tipos de sucos naturais (bebidas devem esta geladas no ato de servir); Café com leite ou chás; Chocolate (quentes no ato de servir); Bolos: 2 bolos; Frutas: 04 tipos de frutas (picadas como salada de fruta) Lanches: 02 tipos de sanduíches naturais; torrada com azeite e ervas; cuscuz salgado com carne seca; Salgados: Canudinhos com recheio cremoso de frango; Mingau: logurte Natural com granola. Material de apoio: descartáveis em geral: pratos, copos, talheres e guardanapos.	Unidade	4.697	0	4.697	R\$ 40,49	R\$ 30,50	R\$ 43,17	43,17	NC	NC	NC	R\$ 30,50	R\$ 39,33	R\$ 41,83	6,02	15,31%	MÉDIO	R\$ 0,00	R\$ 184.733,01	R\$ 184.733,01
2	Almoço: Refeição tipo self service (à vontade), devendo no mínimo conter: 2 a 3 tipos de saladas variadas sendo uma opção cozida; 02 tipos de arroz; 02 guarnições; 02 tipos de carne de primeira (sendo uma carne vermelha e outra carne branca; Feijão; Sobremesas variadas (com pelo menos uma opção de fruta e uma opção doce); Bebida: não alcoólica por pessoa (suco natural, refrigerante ou água mineral todas geladas no ato de servir).	Unidade	348	0	348	R\$ 29,50	R\$ 25,00	R\$ 38,00	35,99	NC	NC	NC	R\$ 25,00	R\$ 32,12	R\$ 32,75	5,98	18,60%	MÉDIO	R\$ 0,00	R\$ 11.177,76	R\$ 11.177,76
VALOR DO LOTE 1																					R\$ 195.910,77
LOTE 2																					
1	Coffe-Break Bebida: 3 tipos de sucos naturais (bebidas devem esta geladas no ato de servir); Café com leite ou chás; Chocolate (quentes no ato de servir); Bolos: 2 bolos; Frutas: 04 tipos de frutas (picadas como salada de fruta) Lanches: 02 tipos de sanduíches naturais; torrada com azeite e ervas; cuscuz salgado com carne seca; Salgados: Canudinhos com recheio cremoso de frango; Mingau: logurte Natural com granola. Material de apoio: descartáveis em geral: pratos, copos, talheres e guardanapos.	Unidade	375	375	NÃO APLICÁVEL	R\$ 40,49	R\$ 41,51	R\$ 41,00	43,17	R\$ 40,00	R\$ 43,17	NC	R\$ 40,00	R\$ 41,56	R\$ 41,26	1,35	3,24%	MÉDIO	R\$ 15.585,00	-	R\$ 15.585,00

VALOR DO LOTE 2																			R\$ 15.585,00		
LOTE 3																					
1	Coffe-Break Bebida: 3 tipos de sucos naturais (bebidas devem esta geladas no ato de servir); Café com leite ou chás; Chocolate (quentes no ato de servir); Bolos: 2 bolos; Frutas: 04 tipos de frutas (picadas como salada de fruta) Lanches: 02 tipos de sanduíches naturais; torrada com azeite e ervas: cuscuz salgado com carne seca; Salgados: Canudinhos com recheio cremoso de frango; Mingau: Iogurte Natural com granola. Material de apoio: descartáveis em geral: pratos, copos, talheres e guardanapos.	Unidade	315	315	NÃO APLICÁVEL	R\$ 20,00	R\$ 18,90	R\$ 16,50					R\$ 16,50	R\$ 18,47	R\$ 18,90	1,79	9,69%	MÉDIO	R\$ 5.818,05	-	R\$ 5.818,05
VALOR DO LOTE 3																			R\$ 5.818,05		
LOTE 4																					
1	Coffe-Break Bebida: 3 tipos de sucos naturais (bebidas devem esta geladas no ato de servir); Café com leite ou chás; Chocolate (quentes no ato de servir); Bolos: 2 bolos; Frutas: 04 tipos de frutas (picadas como salada de fruta) Lanches: 02 tipos de sanduíches naturais; torrada com azeite e ervas: cuscuz salgado com carne seca; Salgados: Canudinhos com recheio cremoso de frango; Mingau: Iogurte Natural com granola. Material de apoio: descartáveis em geral: pratos, copos, talheres e guardanapos.	Unidade	285	285	NÃO APLICÁVEL	R\$ 30,50	R\$ 40,00	R\$ 43,17	R\$ 35,00				R\$ 30,50	R\$ 37,17	R\$ 37,50	5,57	15,00%	MÉDIO	R\$ 10.593,45	-	R\$ 10.593,45
VALOR DO LOTE 4																			R\$ 10.593,45		
LOTE 5																					
1	Coffe-Break Bebida: 3 tipos de sucos naturais (bebidas devem esta geladas no ato de servir); Café com leite ou chás; Chocolate (quentes no ato de servir); Bolos: 2 bolos; Frutas: 04 tipos de frutas (picadas como salada de fruta) Lanches: 02 tipos de sanduíches naturais; torrada com azeite e ervas: cuscuz salgado com carne seca; Salgados: Canudinhos com recheio cremoso de frango; Mingau: Iogurte Natural com granola. Material de apoio: descartáveis em geral: pratos, copos, talheres e guardanapos.	Unidade	1455	1.455	NÃO APLICÁVEL	R\$ 36,00	R\$ 43,00	R\$ 42,90	R\$ 35,00	R\$ 30,00	R\$ 31,85	R\$ 34,10	R\$ 30,00	R\$ 36,12	R\$ 35,00	5,07	14,04%	MÉDIO	R\$ 52.554,60	-	R\$ 52.554,60
2	Almoço: Refeição tipo self service (à vontade), devendo no mínimo conter: 2 a 3 tipos de saladas variadas sendo uma opção cozida; 02 tipos de arroz; 02 guarnições; 02 tipos de carne de primeira (sendo uma carne vermelha e outra carne branca; Feijão; Sobremesas variadas (com pelo menos uma opção de fruta e uma opção doce); Bebida: não alcoólica por pessoa (suco natural, refrigerante ou água mineral todas geladas no ato de servir).	Unidade	268	268	NÃO APLICÁVEL	R\$ 29,50	R\$ 35,99	R\$ 40,00		NC	NC	NC	R\$ 29,50	R\$ 35,16	R\$ 35,99	5,30	15,07%	MÉDIO	R\$ 9.422,88	-	R\$ 9.422,88
VALOR DO LOTE 5																			R\$ 61.977,48		

LOTE 6																					
1	Coffe-Break Bebida: 3 tipos de sucos naturais (bebidas devem esta geladas no ato de servir); Café com leite ou chás; Chocolate (quentes no ato de servir); Bolos: 2 bolos; Frutas: 04 tipos de frutas (picadas como salada de fruta) Lanches: 02 tipos de sanduiches naturais; torrada com azeite e ervas: cuscuz salgado com carne seca; Salgados: Canudinhos com recheio cremoso de frango; Mingau: Iogurte Natural com granola. Material de apoio: descartáveis em geral: pratos, copos, talheres e guardanapos.	Unidade	375	375	NÃO APLICÁVEL	R\$ 35,00	R\$ 36,00	R\$ 40,00	R\$ 40,00				R\$ 35,00	R\$ 37,75	R\$ 38,00	2,63	6,97%	MÉDIO	R\$ 14.156,25	-	R\$ 14.156,25
VALOR DO LOTE 6																					R\$ 14.156,25
														VALOR TOTAL EXCLUSIVO ME/EPP		R\$ 108.130,23					
														VALOR TOTAL AMPLA CONCORRENCIA		R\$ 195.910,77					
														VALOR TOTAL		R\$ 304.041,00					
														VALOR DO LOTE 1		R\$ 195.910,77					
														VALOR DO LOTE 2		R\$ 15.585,00					
														VALOR DO LOTE 3		R\$ 5.818,05					
														VALOR DO LOTE 4		R\$ 10.593,45					
														VALOR DO LOTE 5		R\$ 61.977,48					
														VALOR DO LOTE 6		R\$ 14.156,25					

LEGENDA:
NC = Não encontrado
* = Valores excluídos por elevar a taxa de desvio padrão acima de 25%, conforme estipulado na Instrução Normativa nº 01/2024/SUPEL-CPEAP.

NOTA EXPLICATIVA:
IDENTIFICAÇÃO DAS COTAÇÕES

EMP1	BANCO DE PREÇOS
EMP2	BANCO DE PREÇOS
EMP3	BANCO DE PREÇOS
EMP4	BANCO DE PREÇOS
EMP5	BANCO DE PREÇOS
EMP6	BANCO DE PREÇOS

1) As descrições foram reduzidas neste quadro comparativo, porém se encontra completas no termo de referência (68309509).



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Instituto Estadual de Educação em Saúde Pública de Rondônia - IESPRO
Assessoria Jurídica - IESPRO-ASSEJUR
MINUTA DE CONTRATO

* MINUTA DE DOCUMENTO

CONTRATANTE: o ESTADO DE RONDÔNIA, por meio do INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE PÚBLICA DE RONDÔNIA – IESPRO, inscrito no CNPJ nº 05.382.535/0001-63, com sede na Av. dos Imigrantes, nº 4125, Bairro Industrial, Porto Velho – RO, CEP 76821-063, neste ato representado por seu Diretor-Geral, (NOME), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo ato de nomeação publicado no Diário Oficial do Estado de Rondônia.

CONTRATADA: (EMPRESA), inscrita no CNPJ sob o nº (CNPJ), situada à (Rua), (nº), (Bairro), (CEP), (Cidade/Estado), neste ato representada pelo Sr. (nome/cargo), inscrito no CPF sob o (nº), conforme documentos (atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada).

Os Contratantes, por força do presente instrumento, celebram o presente Contrato, decorrente do PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0055.000039/2025-58, que deu origem a Registro de Preços – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90488/2025, com fulcro no art. 82 da Lei nº 14.133/2021, autorizado pela Autoridade Competente (Diretora-Geral do IESPRO), regido pela Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Estadual nº 28.874/2024, com suas alterações e legislação correlata, sujeitando-se às normas dos supramencionados diplomas legais, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

1.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente TERMO DE CONTRATO a contratação de empresa especializada na prestação de **serviços de fornecimento de refeições (coffee break e almoço)**, sob demanda, para atender às ações de capacitação, cursos, treinamentos, oficinas e eventos institucionais promovidos pelo **Instituto Estadual de Educação em Saúde Pública de Rondônia – IESPRO**, nos municípios de **Porto Velho, Cacoal, Ji-Paraná, Vilhena, Ariquemes e Rolim de Moura**, conforme condições estabelecidas no **Termo de Referência** e seus anexos;

1.2. Vinculação: Integram este Contrato, independentemente de transcrição, o Termo de Referência e seus anexos, a Autorização constante do Documento de Oficialização de Demanda (SEI nº 0058537470), o Edital de Licitação referente ao Pregão Eletrônico nº 90488/2025, o disposto na proposta da CONTRATADA apresentada no certame e os demais elementos constantes do Processo Administrativo nº 0055.000039/2025-58, que sirvam à exata definição do objeto descrito na cláusula primeira.**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS**

2.

CARACTERÍSTICAS DO OBJETO

2.1. A demanda total estimada para a contratação está prevista no Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar nº 5/2025, os quais apresentam a memória de cálculo e justificam as quantidades estimadas de serviços a serem prestados, conforme as necessidades institucionais do IESPRO.
- | ITEM | DESCRIÇÃO | UNIDADE | MARCA | QUANTIDADE | P. UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|------|-----------|---------|-------|------------|-------------|-------------|
| | | | | | | |
3.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO LOCAL, PRAZO DE EXECUÇÃO E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

3.1. O objeto da contratação deverá ser fornecido no local, prazo e condições estabelecidos no subitem 8.1 do Termo de Referência, que trata da forma de execução dos serviços, incluindo os prazos para solicitação, as obrigações da contratada e os critérios de recebimento dos serviços contratados.

4.

CLÁUSULA QUARTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

4.1. O regime de execução contratual e as disposições sobre a forma como o objeto será executado e fiscalizado constam do item 8 do Termo de Referência;

4.2. O modelo de gestão contratual, incluindo o acompanhamento da execução e a designação dos responsáveis, encontra-se descrito no item 9 do Termo de Referência;

4.3. Não foi elaborada Matriz de Risco para esta contratação, tendo em vista que, conforme análise da Administração, a natureza do objeto não apresenta riscos relevantes que possam comprometer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

5.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR

5.1. O valor total da contratação corresponde à nota de empenho emitida para servir de lastro à execução do objeto referido na cláusula primeira, sendo o pagamento realizado conforme as entregas efetuadas, mediante recebimento provisório e aceitação formal dos serviços pela CONTRATANTE, nos termos das ordens de fornecimento emitidas;

5.2. No valor empenhado estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e quaisquer outros custos necessários ao fiel cumprimento do contrato.

6.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. O objeto deste Termo de Contrato encontra respaldo orçamentário no Plano Anual de Contratações vigente, cabendo à CONTRATANTE assegurar a disponibilidade orçamentária e financeira para a execução da despesa, conforme dotação orçamentária a ser indicada na nota de empenho correspondente.

7.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, LIQUIDACÃO, PRAZOS E CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

7.1. As informações quanto ao pagamento à contratada, bem como as condições para a sua liquidação, os prazos e os critérios aplicáveis à atualização monetária, estão previstas no item 31 do Termo de Referência, conforme disposições relativas à apresentação da nota fiscal, ao atesto da fiscalização e aos prazos máximos para quitação, observada a legislação vigente.

8.

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

8.1. A formalização da contratação se dará por meio de Contrato Administrativo, nos termos do art. 89 e seguintes da Lei nº 14.133/2021;

8.2. A empresa CONTRATADA deverá assinar o contrato disponibilizado por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis após o recebimento da notificação para assinatura, nas condições estabelecidas no Termo de Referência e seus Anexos, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 90 da Lei nº 14.133/2021;

8.3. O prazo para assinatura poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, desde que solicitado pela parte interessada durante seu transcurso e mediante motivo justificado, aceito pela Administração;

8.4. É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para celebrar o contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor;

8.5. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente cabíveis, bem como à imediata perda da garantia da proposta, em favor da Administração contratante;

8.6. É obrigação da CONTRATADA manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.

CLÁUSULA NONA – PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

9.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, até o limite de 5 (cinco) anos contados da data de recebimento do objeto inicial, conforme disposto no art. 113 da Lei nº 14.133/2021 e no item 47.1 do Termo de Referência.

10.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA DO OBJETO E RESPONSABILIDADE CONTRATUAL

10.1. Não será exigida garantia contratual para a presente contratação.

10.2. A contratada deverá garantir a qualidade dos serviços prestados, observando os padrões sanitários e de conservação dos alimentos até a entrega, responsabilizando-se pela reposição imediata de itens avariados ou não entregues, bem como pela substituição de qualquer item que apresente irregularidade, conforme descrito nos itens 7.4 e 7.5 do Estudo Técnico Preliminar.

11.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO DOS CONTRATOS

11.1. Em caso de descumprimento de quaisquer das condições estabelecidas neste instrumento, a extinção do contrato, seja por decisão administrativa ou por acordo entre as partes, será efetuada de acordo com as disposições dos arts. 137 e seguintes da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

12.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, por se tratar de serviço cuja execução exige controle direto da contratada, em razão da sua natureza específica e das exigências operacionais previstas neste contrato.

13.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO E/OU TRANSFERÊNCIA

13.1. Não será admitido a subcontratação, cessão ou transferência total, ressalvado os casos de subcontratação parcial do objeto, não eximindo a(s) contratada(s) da responsabilidade total dos serviços;

13.2. Nos casos de subcontratação parcial, essas deverão ser previamente submetidas a(o) gestor(a) do contrato, que será o responsável por aprovar cada caso, incumbindo a contratada de justificar a necessidade de tal subcontratação e comprovar a regularidade fiscal e trabalhista da(s) subcontratada(s);

13.3. Na hipótese de subcontratações parciais, não poderão ultrapassar o limite de 30% (trinta por cento) do valor do contrato, sendo obrigatoriamente informado pela contratada e devidamente autorizada pela contratante; as subcontratações apenas poderão ser celebradas com empresas aceitas, após apurar-lhes a Capacidade Jurídica, a Capacidade Técnica, a Idoneidade Financeira e a Regularidade Fiscal.

14.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES

14.1. DA CONTRATANTE

14.2. Providenciar infraestrutura básica para a realização dos serviços, a exemplo de ponto para conexão de fonte de energia elétrica, indicação clara do local e a sua segurança;

14.3. Realizar o acompanhamento, fiscalização e recebimento no tempo e forma previstos em lei;

14.4. Realizar a divisão dos objetos da contratação de maneira adequada a possibilitar menor restrição de competidores e melhores propostas à Administração Pública;

14.5. No contrato, ou demais documentos, detalhar todos os requisitos acima mencionados, incluindo prazos, responsabilidades, penalidades por descumprimento e cláusulas de rescisão.

14.6. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos.

14.7. Receber os pedidos de prorrogação de prazo, desde que solicitados antes do vencimento do prazo de entrega do objeto, devidamente justificados e com documentações que comprovem as causas de tais pedidos.

14.8. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos materiais recebidos provisoriamente com as especificações constantes no termo de referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

14.9. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

14.10. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos.

14.11. Aplicar as sanções cabíveis previstas na legislação, em casos de irregularidades constatadas na execução do objeto deste instrumento.

14.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

14.13. Enviar as notas de empenho ou contrato, através de e-mail, conforme o caso, onde estará registrado o telefone utilizado, nome da empresa e o funcionário que efetuou o recebimento.

14.14. Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela empresa vencedora.

14.15. Notificar, por escrito, a empresa vencedora, acerca de quaisquer irregularidades encontradas na entrega dos materiais.

14.16. Rejeitar os materiais, caso estejam em desacordo com as especificações mínimas definidas no Termo de Referência.

14.17. A Secretaria de Estado de Finanças, após a retirada da nota de empenho ou contrato, compromete-se a:

14.18. proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitir o acesso dos funcionários da empresa vencedora às dependências da Secretaria de Estado de Finanças;

14.19. promover os pagamentos dentro do prazo estipulado; e

14.20. fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas às obrigações contratuais.

14.21. DA CONTRATADA/FORNECEDOR

14.22. São obrigações da contratada, além daquelas exigidas em Lei 14.133/21:

14.23. Cumprir fielmente as condições estabelecidas no(s) contrato(s);

14.24. Executar os serviços contratados por profissionais especializados, objetivando a realização dos serviços de forma completa, sem que haja descontinuidade ou a necessidade de a própria organização do evento realizar os serviços ora contratados para que não haja a paralisação do evento(s), oferecendo risco a contratação;

14.25. Não dar causa a necessidade da realização de quaisquer contratações adicionais;

14.26. Quando for o caso, garantir que todas as estruturas montadas sejam seguras e estejam de acordo com as normas de segurança vigentes, incluindo a instalação de sinalização adequada;

14.27. Realizar inspeções regulares nas estruturas durante todo o evento para identificar e corrigir qualquer desgaste ou dano que possa comprometer a segurança;

14.28. Fornecer equipamentos, ferramentas e uniformes adequados aos colaboradores;

14.29. Entregar os produtos nos locais descritos no subitem 5.1.1. deste Termo de Referência (endereços informados posteriormente), para o servidor nomeado para efetuar a conferência dos materiais no ato do recebimento;

14.30. Disponibilizar, a partir da assinatura do Contrato ou do recebimento da nota de Empenho, um canal de comunicação com a Secretaria de Estado de Finanças (endereço, telefone, endereço de e-mail e nome do responsável para contato), a fim de colher as diretrizes e informações relativas à execução do objeto;

14.31. Informar à Secretaria de Estado de Finanças qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos solicitados;

14.32. Fornecer os bens de acordo com as especificações contidas no item 3.3.3.

14.33. Arcar com as **despesas com transporte, fretes, bem como, qualquer outra relacionada à entrega do produto**, que é de total responsabilidade da proponente;

14.34. Providenciar para que os entregadores se apresentem devidamente uniformizados e identificados com o nome da empresa;

14.35. Remover, substituir, após notificação formal, as mercadorias que estiverem em desacordo com as especificações deste instrumento ou que apresentarem vício de qualidade;

14.36. Comunicar a Contratante, através de justificativa circunstanciada formal, a ocorrência de qualquer evento que venha causar atrasos ou impedimentos que impeçam mesmo temporariamente de cumprir seus deveres e responsabilidades relativos à execução do Instrumento Contratual, total ou parcialmente, justificando o atraso, o que, em hipótese alguma eximirá a Contratada das obrigações assumidas, salvo caso fortuito ou força maior, devidamente caracterizados;

14.37. Responsabilizar-se, integralmente, por todos os tributos, taxas e contribuições (inclusive para fiscais), que direta ou indiretamente incidam ou vierem a incidir sobre a aquisição, inclusive com as despesas referentes a seguro e transporte, quando ocorrerem;

14.38. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Secretaria de Estado de Finanças ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização e o acompanhamento pela Secretaria de Estado de Finanças;

14.39. Arcar com as despesas de qualquer natureza, em todo caso de devolução ou extravio dos materiais;

14.40. Comprovar, sempre que solicitado pela Contratante, o recolhimento de todos os tributos e encargos sociais incidentes sobre o contratado, sendo que sua inobservância implicará em autuação de procedimento administrativo, assegurando o contraditório, não feita a regularização, serão aplicadas as penalidades previstas no termo de referência;

14.41. Manter as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação como condição para a execução do objeto, e, se for o caso, celebração do Instrumento Contratual;

14.42. Não divulgar informações a terceiros ou realizar publicidade acerca do objeto, salvo expressa autorização da Secretaria de Estado de Finanças;

14.43. O produto ofertado deverá atender aos dispositivos da Lei nº. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislações pertinentes.

14.44. Em caso de recusa do objeto, o mesmo, substituirá em até 24 (vinte e quatro) horas, conforme o subitem 5.4.4.

14.45. A Contratante não se responsabilizará por quaisquer obrigações, responsabilidades, trabalhos ou serviços não previstos no termo de referência, e não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da empresa vencedora para terceiros, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros.

14.46. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, consoante ao (art. 92, XVI, da Lei 14.133/2021) (art. 42, XX, XXI, § 1º, VI, VII Decreto Estadual Nº 28.874/24).

- 14.47.

Aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento) (art. 125, da Lei 14.133/2021) (arts. 142, 143, 144 e 145, Decreto Estadual Nº 28.874/24).
- 14.48.

Apresentar a Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
- 14.49.

Comprovada mediante apresentação da declaração constante no **ANEXO - II** deste Termo devidamente preenchida e assinada pelo representante da empresa licitante.
- 14.50.

Apresentar a Declaração de Fato Superveniente.
- 14.51.

Comprovada mediante apresentação da declaração constante no **ANEXO - III** deste Termo devidamente preenchida e assinada pelo representante da empresa licitante.
- 14.52.

Apresentar a Declaração de ME/EPP.
- 14.53.

Apresentar a Declaração de Ciência do Edital.
- 14.54.

Apresentar a Declaração de Menor.
- 14.55.

Apresentar a Declaração Independente de Proposta.
- 14.56.

Apresentar a Declaração de Acessibilidade.
- 14.57.

Apresentar a Declaração de Cota de Aprendizagem.
- 14.58.

Apresentar a Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado.
15.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS SANÇÕES
- 15.1.

Comete infração administrativa, nos termos do Art. 155 Lei nº 14.133/2021, o licitante/adjudicatário que:
- 15.2.

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 15.3.

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 15.4.

III - dar causa à inexecução total do contrato;
- 15.5.

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 15.6.

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 15.7.

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 15.8.

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 15.9.

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 15.10.

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 15.11.

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 15.12.

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 15.13.

XII - praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).
- 15.14.

Aos adjudicatários que descumprirem total ou parcialmente os contratos celebrados com a Administração Pública Estadual, serão aplicadas as sanções previstas no artigos 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, e demais cominações legais, com observância ao devido processo administrativo, respeitando-se o contraditório e a ampla defesa.
- 15.15.

a) advertência;
- 15.16.

b) multa;
- 15.17.

c) impedimento de licitar e contratar;
- 15.18.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar
- 15.19.

Na aplicação das sanções serão considerados:
- 15.20.

a) a natureza e a gravidade da infração cometida
- 15.21.

b) as peculiaridades do caso concreto;
- 15.22.

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 15.23.

d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 15.24.

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 15.25.

A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, penalidades específicas e proporcionais a gravidade dos eventuais descumprimentos contratuais, de acordo com o Acórdão 1453/2009 Plenário – TCU.
16.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO
- 16.1.

As alterações contratuais reger-se-ão pelas disposições contidas nos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021 e nos arts. 142 a 145 do Decreto Estadual nº 28.874/2024;
- 16.2.

Os acréscimos ou supressões do objeto contratual não poderão exceder a 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato nas compras, nos serviços ou nas obras, e 50% (cinquenta por cento), no caso de reforma de edifício ou equipamento, conforme previsto na legislação;
- 16.3.

O reequilíbrio econômico-financeiro poderá ocorrer por meio de reajuste, repactuação ou revisão, conforme previsto no item 20 do Termo de Referência. O reajuste aplicar-se-á após 12 (doze) meses da data-base do orçamento estimado pela Administração, tendo como índice o IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – ou outro que vier a substituí-lo. A repactuação observará a variação dos custos de mão de obra em contratos com dedicação exclusiva. A revisão será admitida em razão de fatos supervenientes, imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, bem como em casos de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, nos termos da legislação;
- 16.4.

O pedido relacionado ao reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser apresentado pela contratada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do fato gerador, devidamente instruído com os documentos exigidos no art. 164 do Decreto Estadual nº 28.874/2024;
- 16.5.

Os preços contratados são fixos e irremovíveis durante os primeiros 12 (doze) meses da vigência contratual, conforme subitem 20.1 do Termo de Referência nº 47/2024;
- 16.6.

A data-base para fins de reajuste será a da elaboração do orçamento estimado pela Administração, com aplicação do IPCA ou outro índice que o venha a substituir;
- 16.7.

A Administração deverá decidir sobre o pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da entrega da documentação completa pela contratada.
17.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS
- 17.1.

A contratada deverá observar os mais altos padrões éticos durante a execução do contrato, comprometendo-se a prevenir e coibir qualquer forma de fraude, corrupção, suborno, conluio ou conduta lesiva à Administração Pública, sujeitando-se às penalidades previstas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 14.133/2021 e a Lei nº 12.846/2013.
18.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO
- 18.1.

Após as assinaturas deste Contrato a unidade Contratante, providenciará a publicação de resumo no Diário Oficial do Estado e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), sem prejuízo de outras publicações necessárias, conforme a Lei nº 14.133/2021 e Decreto Estadual nº 28.874/2024.
19.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO
- 19.1.

As questões decorrentes da execução deste Instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.
20.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
- 20.1.

Declaram as partes que este Contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva do acordo entre elas celebrado.
21.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS ASSINATURAS, DATA DA CELEBRAÇÃO E VISTO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
- 21.1.

Considerando que o presente ajuste é celebrado no bojo de processo administrativo eletrônico que tramita no âmbito do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, a data de celebração do contrato corresponderá à data da **última assinatura eletrônica** aposta por qualquer das partes devidamente qualificadas no preâmbulo.



Documento assinado eletronicamente por **MARCELA MILREA ARAUJO BARROS, Diretor Geral**, em 29/01/2026, às 14:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **68570402** e o código CRC **2F6BF3A0**.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL
Comissão Genérica 5ª - SUPEL-COGEN5
ATA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXXXX/XXXX/SUPEL_RO			
Origem:	Pregão Eletrônico nº 90488/2025		
Data da Homologação:	xx/xx/xxxx	Processo nº	0055.000039/2025-58
Órgão(s) Participante(s):	Instituto Estadual de Educação em Saúde Pública de Rondônia - IESPRO		
Órgão gerenciador:	Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL		

1.
1.1.
2.
2.1.
3.
3.1.
4.
4.1.
4.2.
4.3.
4.4.
5.
5.1.
5.2.
5.3.
5.4.
5.5.
5.5.1.
5.6.
5.6.1.
5.6.2.
5.7.
5.7.1.
6.
6.1.
6.2.
6.3.
6.4.
6.5.
7.
7.1.
7.2.
8.
8.1.
8.2.
8.3.
8.4.
8.5.
2021.
9.
9.1.
10.
10.1.
10.2.
10.3.
10.4.
11.
11.1.
- CLÁUSULA I – IDENTIFICAÇÃO DO(S) FORNECEDOR(S) REGISTRADO(S).
A identificação dos detentores está inserida no anexo único desta ata.
CLÁUSULA II – DO OBJETO
Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento de coffee break, para atender as necessidades das atividades de capacitação, cursos, treinamentos, oficinas e eventos do IESPRO, integrantes do Plano Anual de Saúde (PAS/2025) e Plano Estadual de Saúde (2024-2027).pelo período de 12 meses, conforme especificações e condições constantes neste Termo de Referência.
CLÁUSULA III – DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
A validade desta ata de registro de preços será de 1(um) ano, contados a partir da publicação no Diário Oficial do Estado, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, mediante pesquisa de mercado que leve em consideração os parâmetros fixados no art. 51 do Decreto Estadual nº 28.874/2024.
CLÁUSULA IV – DA UTILIZAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE
A adesão ao presente Registro de Preços fica condicionada ao atendimento das determinações do Estado de Rondônia após autorização expressa do órgão gerenciador – Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL.
A adesão fica ainda condicionada às exigências dispostas no art. 124, § 1º ao § 8º do Decreto Estadual nº 28.874/2024, em consonância com o art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
As aquisições ou as contratações adicionais (caronas) não poderão exceder, por órgão ou entidade, 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na ata de registro de preços, ressalvado o disposto no art. 86, § 7º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
O conjunto de solicitações de adesão, independentemente do órgão ou entidade solicitante, não poderá exceder ao limite global de duas vezes o quantitativo registrado.
CLÁUSULA V – DA REVISÃO E CANCELAMENTO DO REGISTRO
Os preços registrados poderão ser revisto em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, observada a instrução processual respectiva, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, conforme disposto no art. 133 do Decreto Estadual nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024.
Os preços registrados serão mantidos inalterados por todo o período de vigência da Ata de Registro de Preços - ARP, admitida sua revisão para majorar ou minorar os preços registrados em casos excepcionais, nas hipóteses legais e considerando os preços vigentes de mercado.
A revisão de preços precederá de requerimento: I - do detentor da ata, que deverá fazê-la antes do pedido de fornecimento e, instruindo seu pedido com documentação probatória de majoração de preço do mercado e a oneração de custos; ou II - pelo órgão participante ou órgão interessado, comprovando por meio de pesquisas de preços que há minoração do valor originalmente registrado.
Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador convocará o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado e, caso este não aceite a redução dos seus preços aos valores praticados pelo mercado será liberado dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas, nos termos do art. 134, § 1º do Decreto Estadual nº 28.874/2024.
Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e nos termos do art. 135, § 2º do Decreto Estadual nº 28.874/2024.
Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no art. 135, § 2º do Decreto Estadual nº 28.874/2024, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.
Caso comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, poderá ser efetuada a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.
O órgão gerenciador, em alternativa à atualização prevista no item 5.6 desta Ata de Registro de Preços, poderá liberar o fornecedor do compromisso sem aplicação de penalidades, convocando, posteriormente, os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.
A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.
O cancelamento do preço registrado, em conformidade com o artigo 136 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, poderá ocorrer por fato superveniente decorrente de caso fortuito ou força maior que prejudique o cumprimento da ata, **devidamente comprovados e justificados**, por razão de interesse público ou a pedido do fornecedor.
O preço registrado, em atenção ao estabelecido pelo art. 136, inc. I a V do Decreto Estadual nº 28.874/2024, também poderá ser cancelado quando o fornecedor descumprir total ou parcialmente as condições previstas na Ata de Registro de Preços, não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, não aceitar reduzir o seu preço registrado na hipótese deste se tornar superior aqueles praticados no mercado ou sofrer sanção prevista na forma do Decreto Estadual nº 28.874/2024 em seu Capítulo VIII.
CLÁUSULA VI - DA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA
Em atenção ao art. 131 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, o cadastro reserva será composto pelos demais licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, a ser incluído na respectiva ata na forma de anexo, respeitada a sequência da classificação do certame.
O cadastro reserva poderá ser utilizado nas hipóteses previstas no art. 131, § 1º do Decreto Estadual nº 28.874/2024.
A apresentação de novas propostas para compor o cadastro de reserva não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.
Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada caso o melhor colocado no certame tenha seu registro cancelado ou revogado.
Para o registro do preço dos demais licitantes será exigida a análise da habilitação.
CLÁUSULA VII - DAS SANÇÕES PELO DESCUMPRIMENTO DAS DIRETRIZES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital e seus anexos. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.
Quando o fornecedor descumprir total ou parcialmente as condições previstas na Ata de Registro de Preços, não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, não aceitar reduzir o seu preço registrado na hipótese deste se tornar superior aqueles praticados no mercado ou sofrer sanção prevista na forma do Decreto Estadual nº 28.874/2024 em seu Capítulo VII, o preço registrado será cancelado, em conformidade com o artigo 136, inc. I a V do Decreto Estadual nº 28.874/2024.
CLÁUSULA VIII - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO
As condições gerais referentes ao fornecimento, tais como prazo, local de entrega e recebimento do objeto, como também as relativas às penalidades e obrigações da Administração e do fornecedor detentor do registro, encontram-se definidas no Termo de Referência e Edital da licitação, partes integrantes da presente Ata.
É vedado o aditamento dos quantitativos consignados na Ata de Registro de Preços.
A detentora do registro fica obrigada a atender todas as ordens de fornecimento efetuadas pelo órgão participante, durante a vigência desta ata.
Em atenção ao art. 126 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, faz-se necessário a permanente pesquisa de mercado, inclusive, antes da formalização da contratação, para aferição da manutenção da vantajosidade dos preços registrados.
A violação da integridade da conduta contratual, por meio do rompimento de deveres contratuais ou oriundos de outras normas aplicáveis ao caso, sujeita o contratado à aplicação das penalidades legalmente previstas nos arts. 184 ao 187 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, bem como art. 156 da Lei n. 14.133, de 2021.
CLÁUSULA IX - DO PAGAMENTO
O pagamento, decorrente do objeto registrado nesta ata será efetuado conforme disposto no Edital e seus anexos.
CLÁUSULA X – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada a Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.
Fica a empresa detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.
A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão ao Decreto Estadual nº28.874 de 25 de janeiro de 2024, à Lei no 14.133, de 1o de abril de 2021 e às normas complementares e às disposições presentes nesta Ata e no Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e, especialmente, aos casos omissos.
Fazem parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais: o Edital de Licitação e seus anexos, bem como, os ANEXOS desta ata que contém os preços registrados e seus respectivos detentores.
CLÁUSULA XI - DO FORO
Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata, é competente o Foro da Comarca de Porto Velho/RO, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

ANEXO ÚNICO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CONSUMO ESTIMADO	UNID.	MARCA	PREÇO MERCADO	PREÇO REGISTRADO	DIF. %	DETENTORA

EMPRESA(S) DETENTORA(S):

CNPJ	RAZÃO SOCIAL	ENDEREÇO	CIDADE	REPRESENTANTE	CPF	TELEFONE

Márcia Carvalho Guedes
Coordenadora do Sistema de Registro de Preços /SUPEL

Adriana Larissa da Silva Mendes Nascimento
Diretora Executiva /SUPEL

Márcia Rocha de Oliveira Francelino
Superintendente Estadual de Compras e Licitações

Elaborado por:
XXXXXXXXXX



Documento assinado eletronicamente por Isonete Cavalcante Cabral, Assessor(a), em 20/08/2025, às 14:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0063487434** e o código CRC **368C41BC**.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL
Comissão Genérica 5ª - SUPEL-COGEN5

Ofício nº 5214/2025/SUPEL-COGEN5

OFÍCIO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE NÃO PARTICIPANTE DA ATA SOLICITANDO ADESÃO COMO INTERESSADO

[UNIDADE CONTRATANTE SOLICITANTE]

OFÍCIO Nº / [],

[DATA DA EMISSÃO]

Prezado Gestor da Ata nº [Nº DA ATA] do(a) [ÓRGÃO GESTOR DA ATA]

Nos termos do art. 86, §2º, inciso I da Lei 14.133/21, solicito autorização para ADERIR à Ata de Registro de Preços em epígrafe visando adquirir os itens e quantitativos relacionados na tabela abaixo.

Ressalto que o(s) fornecedor(es), detentor(es) do(s) preço(s) registrado(s), já se manifestou(ram) pela aceitação, conforme previsto na Lei 14.133/21.

Nº do item da Ata	Especificação	Quant. Adesão

ASSINATURA DO GESTOR DA UNIDADE SOLICITANTE



Documento assinado eletronicamente por **Isonete Cavalcante Cabral, Assessor(a)**, em 20/08/2025, às 14:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0063487712** e o código CRC **E4F3B54C**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 0055.000039/2025-58

SEI nº 0063487712

Criado por 03425431218, versão 1 por 03425431218 em 20/08/2025 13:23:49.

MAPA DE RISCOS DA CONTRATAÇÃO

1.
1.1.
2.
2.1.
2.2.
3.
- INTRODUÇÃO**
O presente Mapa de Riscos tem por objetivo prevenir, mitigar e monitorar eventos que possam comprometer o regular fornecimento de refeições para ações de formação e capacitação promovidas pelo IESPRO, garantindo a execução contratual com eficiência, segurança alimentar e continuidade dos serviços.
METODOLOGIA UTILIZADA
A metodologia empregada contempla:
I - Identificação de riscos inerentes ao objeto;
II - Classificação quanto à probabilidade e impacto;
III - Definição de medidas de mitigação;
IV - Atribuição de responsáveis pelo tratamento;
V - Análise de riscos remanescentes.

As categorias utilizadas na classificação são: Probabilidade (Baixa, Média ou Alta) e Impacto (Baixo, Médio ou Alto).
MAPA DE RISCOS – MATRIZ DETALHADA

Nº	Risco Identificado	Probabilidade	Impacto	Consequências	Medidas de Mitigação	Responsável
1	Atraso na entrega das refeições	Média	Alto	Prejuízo ao cronograma; insatisfação do público	Penalidades; cronograma; OS antecipada; fiscalização	Contratada / Fiscal Técnico
2	Alimentos fora do padrão de qualidade	Baixa	Alto	Risco sanitário; interrupção do evento	Alvará; responsável técnico; inspeção; amostragem	Contratada / Responsável Técnico
3	Quantidade insuficiente	Média	Médio	Atendimento inadequado; necessidade de compra emergencial	OS precisa; cláusula de reposição imediata	Demandante / Contratada
4	Inexecução parcial ou total	Baixa	Alto	Descontinuidade do serviço; substituição emergencial	Garantia; cláusulas resolutivas; fiscalização contínua	SUPEL / Fiscal
5	Variação de preços de mercado	Média	Médio	Pedido de reequilíbrio; risco à execução	Pesquisa robusta; regras claras de reequilíbrio	Gestor do Contrato
6	Descumprimento de normas sanitárias	Baixa	Alto	Danos à saúde; responsabilização legal	Alvará; RTP; conformidade ANVISA; inspeção	Contratada
7	Transporte inadequado	Média	Alto	Risco sanitário; perda de alimentos	Acondicionamento térmico; verificação de temperatura	Fiscal Técnico
8	Falha na comunicação logística	Média	Médio	Atrasos; inconsistências de entrega	OS antecipada; confirmação eletrônica	Demandante / Gestão do Contrato
9	Equipe da contratada não qualificada	Baixa	Médio	Atendimento inadequado; lentidão	Treinamento; substituição imediata	Contratada
10	Eventos imprevisíveis (chuvas, panes, bloqueios)	Baixa	Médio	Atrasos logísticos; interrupções	Plano B; rotas alternativas; veículo reserva	Contratada


4.
4.1.
5.
5.1.
5.2.
5.3.
5.4.
- ANÁLISE DOS RISCOS REMANESCENTES**
Após aplicação das medidas de mitigação, os riscos remanescentes são considerados aceitáveis, compatíveis com o objeto e com a natureza do serviço, não apresentando impedimento ao prosseguimento da contratação.
RESPONSABILIDADES DE GESTÃO DO RISCO
Fiscal Técnico: acompanhamento da qualidade dos alimentos e condições sanitárias;
Fiscal Administrativo: monitoramento documental, prazos e OS;
Gestor do Contrato: providências corretivas, comunicação com a contratada;
Contratada: cumprimento integral das medidas, substituições imediatas.


CONCLUSÃO
O presente Mapa de Riscos atende integralmente aos requisitos legais, notadamente o art. 22, §3º da Lei 14.133/2021 e o art. 30 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, garantindo planejamento adequado, segurança contratual e gestão eficiente.

Porto Velho, 24 de novembro de 2025.

-Assinado eletronicamente-
Erivan Arruda Rosendo
Gerente Administrativa / IESPRO

-Assinado eletronicamente-
DAIANE REIS BRAGA
Agente de contratação (0059655016)

 Documento assinado eletronicamente por **DAIANE REIS BRAGA, Técnico(a)**, em 25/11/2025, às 11:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).

 A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0066716172** e o código CRC **F68F9125**.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Instituto Estadual de Educação em Saúde Pública de Rondônia - IESPRO
Compras e Contratos - IESPRO-COMP

MODELO
PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS POR LOTE

1.
- LOTE I – PORTO VELHO
- 1.1.
- ITEM 01 – COFFEE BREAK (4.697 pessoas):

COMPONENTE	UNIDADE/PESSOA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
Gêneros alimentícios¹			
Bebidas²			
Materiais descartáveis²			
Mão de obra			
Logística/transporte			
Custos indiretos			
Tributos			
Lucro			
TOTAL POR PESSOA			
TOTAL DO ITEM (4.697)			

Coffe-Break¹ Café com leite ou chás; Chocolate (quentes no ato de servir); Bolos: 2 bolos; Frutas: 04 tipos de frutas (picadas como salada de fruta) Lanches: 02 tipos de sanduíches naturais; torrada com azeite e ervas: cuscuz salgado com carne seca; Salgados: Canudinhos com recheio cremoso de frango; Mingau: Iogurte Natural com granola.
Bebida²: 3 tipos de sucos naturais (bebidas devem estar geladas no ato de servir);
Material de apoio³: descartáveis em geral: pratos, copos, talheres e guardanapos.

- 1.2.
- ITEM 02 – ALMOÇO (348 pessoas):

COMPONENTE	UNIDADE/PESSOA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
Gêneros alimentícios¹			
Bebidas²			
Materiais descartáveis³			
Mão de obra			
Logística/transporte			
Custos indiretos			
Tributos			
Lucro			
TOTAL POR PESSOA			
TOTAL DO ITEM (348)			

Almoço¹: Refeição tipo self service (à vontade), devendo no mínimo conter: 2 a 3 tipos de saladas variadas sendo uma opção cozida; 02 tipos de arroz; 02 guarnições; 02 tipos de carne de primeira (sendo uma carne vermelha e outra carne branca; Feijão; Sobremesas variadas (com pelo menos uma opção de fruta e uma opção doce);
Bebida²: não alcoólica por pessoa (suco natural, refrigerante ou água mineral todas geladas no ato de servir).
Material de apoio³: Copos (vidros), pratos (em cerâmicas), talheres de boa qualidade e guardanapos e colheres descartáveis (para sobremesas e frutas), para todos os municípios que requerem este fornecimento.

2.
- LOTE II – ARIQUEMES (375 PESSOAS):
- 2.1.
- ITEM 03- Coffe-Break:

COMPONENTE	UNIDADE/PESSOA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
Gêneros alimentícios¹			
Bebidas²			
Materiais descartáveis³			
Mão de obra			
Logística/transporte			
Custos indiretos			
Tributos			
Lucro			
TOTAL POR PESSOA			
TOTAL DO ITEM (375)			

Coffe-Break¹ Café com leite ou chás; Chocolate (quentes no ato de servir); Bolos: 2 bolos; Frutas: 04 tipos de frutas (picadas como salada de fruta) Lanches: 02 tipos de sanduíches naturais; torrada com azeite e ervas: cuscuz salgado com carne seca; Salgados: Canudinhos com recheio cremoso de frango; Mingau: Iogurte Natural com granola.
Bebida²: 3 tipos de sucos naturais (bebidas devem estar geladas no ato de servir);
Material de apoio³: descartáveis em geral: pratos, copos, talheres e guardanapos.

3.
- LOTE III – ROLIM DE MOURA (315 PESSOAS)
- 3.1.
- ITEM 04-Coffe-Break:

COMPONENTE	UNIDADE/PESSOA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
Gêneros alimentícios¹			
Bebidas²			
Materiais descartáveis³			
Mão de obra			
Logística/transporte			
Custos indiretos			
Tributos			
Lucro			
TOTAL POR PESSOA			
TOTAL DO ITEM (315)			

Coffe-Break¹ Café com leite ou chás; Chocolate (quentes no ato de servir); Bolos: 2 bolos; Frutas: 04 tipos de frutas (picadas como salada de fruta) Lanches: 02 tipos de sanduíches naturais; torrada com azeite e ervas: cuscuz salgado com carne seca; Salgados: Canudinhos com recheio cremoso de frango; Mingau: Iogurte Natural com granola.
Bebida²: 3 tipos de sucos naturais (bebidas devem estar geladas no ato de servir);
Material de apoio³: descartáveis em geral: pratos, copos, talheres e guardanapos.

4.
- LOTE IV – VILHENA (285 PESSOAS)
- 4.1.
- ITEM 05- Coffe-Break:

COMPONENTE	UNIDADE/PESSOA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
Gêneros alimentícios¹			
Bebidas²			
Materiais descartáveis³			
Mão de obra			
Logística/transporte			
Custos indiretos			
Tributos			
Lucro			
TOTAL POR PESSOA			
TOTAL DO ITEM (285)			

Coffe-Break¹ Café com leite ou chás; Chocolate (quentes no ato de servir); Bolos: 2 bolos; Frutas: 04 tipos de frutas (picadas como salada de fruta) Lanches: 02 tipos de sanduíches naturais; torrada com azeite e ervas: cuscuz salgado com carne seca; Salgados: Canudinhos com recheio cremoso de frango; Mingau: Iogurte Natural com granola.
Bebida²: 3 tipos de sucos naturais (bebidas devem estar geladas no ato de servir);

5.

LOTE V – CACOAL
- 5.1.

ITEM 06 – COFFEE BREAK (1.455 pessoas):

Material de apoio³: descartáveis em geral: pratos, copos, talheres e guardanapos.

COMPONENTE	UNIDADE/PESSOA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
Gêneros alimentícios¹			
Bebidas²			
Materiais descartáveis³			
Mão de obra			
Logística/transporte			
Custos indiretos			
Tributos			
Lucro			
TOTAL POR PESSOA			
TOTAL DO ITEM (1.455)			

Coffe-Break¹ Café com leite ou chás; Chocolate (quentes no ato de servir); Bolos: 2 bolos; Frutas: 04 tipos de frutas (picadas como salada de fruta) Lanches: 02 tipos de sanduíches naturais; torrada com azeite e ervas: cuscuz salgado com carne seca; Salgados: Canudinhos com recheio cremoso de frango; Mingau: Iogurte Natural com granola.
Bebida²: 3 tipos de sucos naturais (bebidas devem esta geladas no ato de servir);
Material de apoio³: descartáveis em geral: pratos, copos, talheres e guardanapos.

- 5.2.

ITEM 07 – ALMOÇO (268 pessoas):

COMPONENTE	UNIDADE/PESSOA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
Gêneros alimentícios¹			
Bebidas²			
Materiais descartáveis³			
Mão de obra			
Logística/transporte			
Custos indiretos			
Tributos			
Lucro			
TOTAL POR PESSOA			
TOTAL DO ITEM (268)			

Almoço¹: Refeição tipo self service (à vontade), devendo no mínimo conter: 2 a 3 tipos de saladas variadas sendo uma opção cozida; 02 tipos de arroz; 02 guarnições; 02 tipos de carne de primeira (sendo uma carne vermelha e outra carne branca; Feijão; Sobremesas variadas (com pelo menos uma opção de fruta e uma opção doce);
Bebida²: não alcoólica por pessoa (suco natural, refrigerante ou água mineral todas geladas no ato de servir).
Material de apoio³: Copos (vidros), pratos (em cerâmicas), talheres de boa qualidade e guardanapos e colheres descartáveis (para sobremesas e frutas), para todos os municípios que requerem este fornecimento.

6.

LOTE VI – JI-PARANÁ (375 PESSOAS)
- 6.1.


ITEM 08- Coffe-Break

COMPONENTE	UNIDADE/PESSOA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
Gêneros alimentícios¹			
Bebidas²			
Materiais descartáveis³			
Mão de obra			
Logística/transporte			
Custos indiretos			
Tributos			
Lucro			
TOTAL POR PESSOA			
TOTAL DO ITEM (375)			


Coffe-Break¹ Café com leite ou chás; Chocolate (quentes no ato de servir); Bolos: 2 bolos; Frutas: 04 tipos de frutas (picadas como salada de fruta) Lanches: 02 tipos de sanduíches naturais; torrada com azeite e ervas: cuscuz salgado com carne seca; Salgados: Canudinhos com recheio cremoso de frango; Mingau: Iogurte Natural com granola.
Bebida²: 3 tipos de sucos naturais (bebidas devem esta geladas no ato de servir);
Material de apoio³: descartáveis em geral: pratos, copos, talheres e guardanapos.

(Assinado eletronicamente)
DAIANE REIS BRAGA
Portaria nº 216/2025(0066764383)
IESPRO RO GÓV


(Assinado eletronicamente)
Erivan Arruda Rosendo
Gerente Administrativo/IESPRO
IESPRO RO GÓV



Documento assinado eletronicamente por **DAIANE REIS BRAGA, Chefe de Unidade**, em 09/04/2026, às 17:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Erivan Arruda Rosendo, Gerente**, em 09/04/2026, às 17:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **70455207** e o código CRC **36F1F6CE**.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL
Comissão Genérica 5ª - SUPEL-COGENS

DECLARAÇÃO

(Nome, identidade, carimbo e assinatura do representante legal da empresa)

MODELO DE DECLARAÇÃO COMPLEMENTAR PARA ME/EPP/MEI

(PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

(Nome da Empresa) _____, CNPJ Nº _____ sediada na Rua _____, nº _____, bairro, _____, CEP _____ município _____, por seu representante legal abaixo assinado, DECLARA, para fins de participação em licitação ou contratação direta com a Secretaria de Estado de Fazenda de Mato Grosso, sob as penas da lei que:

- I - Que é ME, EPP ou MEI e não se encontra em nenhuma das situações do § 4º, art. 3º, da Lei Complementar nº 123/2006 e, nos termos do art. 28 da Lei Complementar Estadual nº 605/2018, está apto a usufruir do tratamento estabelecido nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006.
- II - Que no ano-calendário de realização desta licitação, os valores somados dos contratos celebrados com a Administração Pública não extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021.

(LOCAL E DATA).

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

(Nome, identidade, carimbo e assinatura do representante legal da empresa)